

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## Termo de Referência 47/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2026	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	LUCAS RODRIGUES CARNEIRO	03/06/2026 16:52 (v 0.23)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		00264.000350/2025-31

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição de insumos e produtos veterinários visando atender à solicitação da Diretoria de Apoio às Residências Oficiais para as residências oficiais da Presidência da República e Vice-Presidência da República, nos termos da tabela abaixo, conforme o Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI nº 7241472).

Item	Especificação	Catmat	Unidade de Medida	Quant.	Quant. Requis. Mín.	Quant. Requis. Máx.	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>RAÇÃO PARA RATITAS (Avestruzes e emas) ADULTAS – PELETIZADA.</p> <p><b>Especificação:</b> Composição: Milho Moído, Farelo de Trigo, Farelo de Arroz, Farelo de Soja, Feno Moído de Alfafa, Calcário Calcítico, Fosfato Bicálcico, Cloreto de Sódio, DL-Metionina, L-Lisina HCl, Bentonita, Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Vitamina B1, Vitamina B2, Niacina (Ácido Nicotínico), D-Pantotenato de Cálcio, Vitamina B6, Biotina, Ácido Fólico, Vitamina B12, Cloreto de Colina, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Iodato de Cálcio, Sulfato de Manganês, Selenito de Sódio, Óxido de Zinco, Etoxiquin, Caulim, Aditivo Enzimático (6-Fitase (<i>Trichoderma reesei</i> – CBS 126897))</p> <p>Inclusão de DL-Metionina e L-Lisina</p> <p>Níveis de garantia: Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 140g/kg (14%) a 175g/kg (16%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 170g/kg (17%), Matéria Mineral (máx) 120g/kg (12%), Cálcio (mín) 12g/kg (1.2%), Cálcio (máx) 16-25g/kg (1.6-2,5%), Fósforo (mín) 7000mg/kg (0.7%), Metionina (mín) 2600mg/kg, Lisina (mín) 6500mg/kg, Treonina</p>	218097	Kg	19.000	1	19.000	R\$ 11,56	R\$ 219.640,00

	<p>(mín) 4600mg/kg, 6 Fitase (mín) 500FTU/kg, Vitamina A (mín) 4680-12500UI/kg, Vitamina D3 (mín) 4000UI/kg, Vitamina E (mín) 37.5UI/kg, Vitamina K3 (mín) 3.13mg/kg, Vitamina B1 (mín) 3.13mg/kg, Vitamina B2 (mín) 8.13mg/kg, Vitamina B3 (mín) 50mg/kg, Vitamina B5 (mín) 12.5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 5mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.12mg/kg, Vitamina B9 (mín) 1.25mg/kg, Vitamina B12 (mín) 31.25mcg/kg, Colina (mín) 200-1400mg/kg, Cobre (mín) 10mg/kg, Ferro (mín) 50mg/kg, Iodo (mín) 1mg/kg, Manganês (mín) 100mg/kg, Selênio (mín) 0.3 mg/kg, Zinco (mín) 40mg/kg.</p> <p>Produto referência: SUPRA Avestruz Manutenção; QUIMTIA Zoo Feed Ratitas, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>							
2	<p>ALIMENTO COMPLETO PARA GALIFORMES SILVESTRES EM REPRODUÇÃO</p> <p><b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120 g/kg; Matéria Mineral (máx) 150 g/kg; Cálcio (mín-max) 25-40 g/kg; Proteína Bruta (mín) 200 g/kg; Fibra Bruta (máx) 50 g/kg; Fósforo (mín) 7.800 mg/kg; Extrato Etéreo (mín) 70 g/kg; Energia Metabolizável 2.850 kcal/kg. VITAMINAS: Vitamina A (mín) 46.000 UI/kg; Vitamina D3 (mín) 10.000 UI/kg; Vitamina E (mín) 190 UI/kg; Vitamina K3 (mín) 5 mg/kg; Vitamina B1 (mín) 15 mg/kg; Vitamina B2 (mín) 29 mg/kg; Vitamina B6 (mín) 14 mg/kg; Vitamina B12 (mín) 80 mcg/kg; Niacina (mín) 170 mg/kg; Pantotenato de cálcio (mín) 80 mg/kg; Ácido fólico (mín) 4 mg/kg; Biotina (mín) 0,4 mg/kg; Vitamina C (mín) 900 mg/kg; Inositol (mín) 60 mg/kg; Fosfatidilcolina (mín) 3 mg/kg; Colina (mín) 1.300 mg/kg.</p> <p>MINERAIS: Sódio (mín) 4.000 mg/kg; Ferro (mín) 100 mg/kg; Manganês (mín) 60 mg/kg; Zinco (mín) 60 mg/kg; Cobre (mín) 10 mg/kg; Iodo (mín) 1,2 mg/kg; Flúor (máx) 78 mg/kg; Selênio orgânico 0,35 mg/kg; Potássio (mín) 9.700 mg/kg; Cobre orgânico (mín) 5 mg/kg; Ferro orgânico (mín) 40 mg/kg; Manganês orgânico (mín) 50 mg/kg; Zinco orgânico (mín) 40 mg/kg; Cobalto (mín) 0,1 mg/kg.</p> <p>AMINOÁCIDOS: Metionina (mín) 6.000 mg/kg; Lisina (mín) 13 g/kg; Triptofano (mín) 2.800 mg/kg; Treonina (mín) 9.000 mg/kg.</p> <p>ADITIVOS: BHT (Butilhidroxitolueno) (mín) 120 mg/kg; Extrato de yucca 125 mg/kg; Betaglucano 542 mg/kg; Mananoligossacarídeo 286 mg/kg; Extrato de cardo mariano (Silybum marianum) 2 mg/kg</p> <p>Apresentação em forma física de pellets com 4 mm de diâmetro, de coloração bege a marrom.</p> <p>Forma de Fornecimento: Envasado em sacarias de 15 e 20 kg.</p>	218097	Kg	550	1	550	R\$ 34,80	R\$ 19.140,00

	Produto de Referência: QUIMTIA ZOO FEED GALLIFORMES REPRODUÇÃO, ou equivalente ou de qualidade superior.							
3	<p>ALIMENTO PARA FILHOTES DE EMA</p> <p>Alimento desidratado, Tipo: Larvas de Tenébrio Comum.</p> <p><b>Especificação:</b> Características Adicionais: Complemento alimentar para animais de pequeno porte, como pássaros, peixes, lagartos, roedores e primatas, produzidas em cativeiro.</p> <p>Níveis de Garantia por Kg: Umidade Máx.40g. Proteína bruta Mín. 470g. Extrato Etéreo Mín. 350g. Matéria fibrosa Máx. 65g. Matéria Mineral Máx. 33g. Cálcio Mín. 500mg. Máx. 900mg. Fósforo Mín. 5000mg,</p> <p>Forma de Fornecimento: pote com 50 gramas.</p>	218097	Unidade	1.000	1	1.000	R\$ 32,05	R\$ 32.050,00
4	<p>RAÇÃO PARA GALINHAS DE POSTURA</p> <p><b>Especificação:</b> Níveis de Garantia: Umidade (máx) 120g/kg a 130 g/kg (12-13%), Proteína Bruta (mín) 170g/kg (17%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 70g/kg (7%), Matéria Mineral (máx) 150g/kg a 180g/kg (15-18%), Cálcio (mín) 36g/kg (3.6%), Cálcio (máx) 45g/kg (4,5%), Fósforo (mín) 3500-5000mg/kg (0,35-0.5%), Metionina (mín) 3700mg/kg, Lisina (mín) 7700mg/kg, Treonina (mín) 5600mg/kg, Vitamina A (mín) 7500UI/kg, Vitamina D3 (mín) 2400UI/kg, Vitamina E (mín) 22.5UI/kg, Vitamina K3 (mín) 1.88mg/kg, Vitamina B1 (mín) 1.88mg /kg, Vitamina B2 (mín) 4.88mg/kg, Vitamina B3 (mín) 30mg/kg, Vitamina B5 (mín) 7.5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 3mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.07mg/kg, Vitamina B9 (mín) 0.75mg /kg, Vitamina B12 (mín) 18.75mcg/kg, Colina (mín) 150mg/kg, Cobre (mín) 7mg/kg, Ferro (mín) 35mg/kg, Iodo (mín) 0.8mg/kg, Manganês (mín) 65mg/kg, Selênio (mín) 0.25mg/kg, Zinco (mín) 50-60mg/kg.</p> <p>Inclusão mínima de DL-Metionina e L-Lisina.</p> <p>A ração não deve conter sorgo como ingrediente, inclusive como eventual substitutivo.</p> <p>Produto de referência: POSTURA 17 - ADM ou SUPRA POEDEIRA AGRO, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	246158	Kg	12.500	1	12.500	R\$ 7,36	R\$ 92.000,00
5	<p>RAÇÃO FARELADA COMPLETA DE CRESCIMENTO PARA FRANGOS DE CORTE</p> <p><b>Especificação:</b> Níveis de garantia: Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 195g/kg (19.5%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 50g/kg (5%), Matéria Mineral (máx) 100g/kg (10%), Cálcio (mín)</p>	335001	Kg	6.000	1	6.000	R\$ 11,74	R\$ 70.440,00

	9000mg/kg (0.9%), Cálcio (máx) 15g/kg (1.5%), Fósforo (mín) 4500mg/kg (0.45%), Metionina (mín) 4400mg/kg, Lisina (mín) 11g/kg, Treonina (mín) 7100mg/kg, Vitamina A (mín) 7500UI/kg, Vitamina D3 (mín) 2400UI/kg, Vitamina E (mín) 22.5UI/kg, Vitamina K3 (mín) 1.88mg/kg, Vitamina B1 (mín) 1.88mg/kg, Vitamina B2 (mín) 4.88mg/kg, Vitamina B3 (mín) 30mg/kg, Vitamina B5 (mín) 7.5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 3mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.07mg/kg, Vitamina B9 (mín) 0.75mg/kg, Vitamina B12 (mín) 18.75mcg/kg, Colina (mín) 200mg/kg, Cobre (mín) 7.2mg/kg, Ferro (mín) 30mg/kg, Iodo (mín) 0.9mg/kg, Manganês (mín) 70mg/kg, Selênio (mín) 0.3mg/kg, Zinco (mín) 60mg/kg.							
6	<p>RAÇÃO FARELADA COMPLETA PRÉ-INICIAL PARA GALINÁCEOS JOVENS</p> <p><b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 240g/kg (24%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 50g/kg (5%), Matéria Mineral (máx) 100g/kg (10%), Cálcio (mín) 10g/kg (1%), Cálcio (máx) 13g/kg (1.3%), Fósforo (mín) 5000mg/kg (0.5%), Metionina (mín) 5700mg/kg, Lisina (mín) 14.4g/kg, Treonina (mín) 9600mg/kg, 6 Fitase (mín) 500FTU/kg, Vitamina A (mín) 12500UI/kg, Vitamina D3 (mín) 4000UI/kg, Vitamina E (mín) 37.5UI/kg, Vitamina K3 (mín) 3.13mg/kg, Vitamina B1 (mín) 3.13mg/kg, Vitamina B2 (mín) 8.13mg/kg, Vitamina B3 (mín) 50mg/kg, Vitamina B5 (mín) 12.5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 5mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.12mg/kg, Vitamina B9 (mín) 1.25mg/kg, Vitamina B12 (mín) 31.25mcg/kg, Colina (mín) 300mg/kg, Cobre (mín) 12mg/kg, Ferro (mín) 62mg/kg, Iodo (mín) 1.25mg/kg, Manganês (mín) 100mg/kg, Selênio (mín) 0.4mg/kg, Zinco (mín) 85mg/kg, Halquinol 30mg/kg, Monensina 100mg/kg.</p> <p>Inclusão de DL-Metionina e L-Lisina</p> <p>Produto de referência: SUPRA IMPULSO, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	225565	Kg	100	1	100	R\$ 9,22	R\$ 922,00
7	<p>RAÇÃO ESPECÍFICA PARA CARPA OU PEIXES ORNAMENTAIS SUPER PREMIUM</p> <p><b>Especificação:</b> Composição básica do produto: Composição Básica do Produto: Farinha de milho, farinha de lula ou peixes (atum/sardinha/salmão), farelo de soja, <i>Gammarus</i> (7%), proteína isolada de soja ou albumina de ovo, leveduras, fosfato bicálcico, carbonato de cálcio, óleo de soja refinado ou óleo de peixes, premix vitamínico mineral, antioxidantes (Etoxiquin, Propilenoglicol, ácido cítrico, ácido fosfórico, BHA, BHT), corantes (amarelo tartrazina, azul indigotina, amarelo crepúsculo, vermelho ponceau), aditivo aromatizante (aroma de anis).</p> <p>Enriquecimento por kg de produto: Vitamina A (18.700 UI); Vitamina D3 (3.120 UI); Vitamina E (52 UI); Vitamina K3 (5,2 mg); Vitamina B1 (4,2</p>	296251	Kg	260	1	260	R\$ 73,66	R\$ 19.151,60

	<p>mg); Vitamina B2 (15,6 mg); Vitamina B6 (4,2 mg); Vitamina B12 (20,8 mcg); Niacina (72,8 mg); Pantotenato de cálcio (31,2 mg); Biotina (0,21 mg); Ácido fólico (1,6 mg); Colina (324,5 mg); Ferro (52 mg); Cobre (5,2 mg); Zinco (52 mg); Manganês (41,6 mg); Selênio (0,16 mg); iodo (1 mg); Metionina (520 mg); Vitamina C (156 mg).</p> <p>Níveis de garantia: Umidade (máx) 100-120 g/kg (10%-12%), Proteína Bruta (mín) 26-36%, Extrato Etéreo (mín) 25-60 g/kg (2,5-4,5%), Matéria Fibrosa (máx) 25-60 g/kg (2,5-6,0%), Matéria Mineral (máx) 60-110 g/kg (6-8%), Cálcio (mín) (0,6-13%), Cálcio (máx) 30 g/kg (3%), Fósforo (mín) 6000-10000 mg; Lisina (mín) 1000 mg/Kg; Metionina (mín) 1000mg/Kg; Treonina (mín) 1000mg/Kg; Beta Glucanas (mín 100-3.050mg /Kg); DHA (100-3.600mg/Kg)</p> <p>Produtos de Referência: Chronos Fish Koi Pond Stick Color; Chronos Fish Sticks Spiruline; Tropical Pond Sticks Mixed; Tetra Pond Koi Vibrance; Jbl Pro Pond All Seasons; Nutricon Sticks Food Mix; Poytara Carpa 6x1, ou equivalentes ou de qualidade superior.</p>							
8	<p>RAÇÃO PARA PEIXES CARNÍVOROS GRANULOMETRIA 38-40% 5 a 8mm.</p> <p><b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 400g/kg (40%), Extrato Etéreo (mín) 80-100g/kg (8-10%), Matéria Fibrosa (máx) 30g/kg (3%), Matéria Mineral (máx) 130g /kg (13%), Cálcio (mín) 10-15g/kg (1-1.5%), Cálcio (máx) 25-30g/kg (2,5-3%), Fósforo (mín) 10g/kg (1%), Energia Digestível (mín) 3400kcal /kg, Vitamina A (mín) 16000UI/kg, Vitamina C (mín) 350mg/kg, Vitamina D3 (mín) 4000UI/kg, Vitamina E (mín) 128UI/kg, Vitamina K3 (mín) 8mg/kg, Vitamina B1 (mín) 16mg/kg, Vitamina B2 (mín) 20mg/kg, Vitamina B3 (mín) 130mg/kg, Vitamina B5 (mín) 80mg/kg, Vitamina B6 (mín) 13.5mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.7 mg/kg, Vitamina B9 (mín) 7mg/kg, Vitamina B12 (mín) 105mcg/kg, Colina (mín) 1800mg/kg, Cobre (mín) 6mg/kg, Ferro (mín) 45-50mg/kg, Iodo (mín) 1,3-1,5mg/kg, Manganês (mín) 15-45mg/kg, Selênio (mín) 0,15-0.3mg/kg, Zinco (mín) 90-100mg/kg.</p> <p>Produto de referência: SUPRA CARNÍVOROS 40 granulometria 5-8 mm ou ADM LAGUNA CARNÍVOROS 40 granulometria 6 mm-8 mm ou, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	453430	Kg	2.200	1	2.200	R\$ 10,03	R\$ 22.066,00
9	<p>RAÇÃO PARA PEIXES CARNÍVOROS GRANULOMETRIA 38-40% 10-14 mm.</p> <p><b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 400g/kg (40%), Extrato Etéreo (mín) 80-100g/kg (8-10%), Matéria Fibrosa (máx) 30g/kg (3%), Matéria Mineral (máx) 130g /kg (13%), Cálcio (mín) 10-15g/kg (1-1.5%), Cálcio (máx) 25-30g/kg (2,5-3%), Fósforo (mín) 10g/kg (1%), Energia Digestível (mín) 3400kcal</p>	232103	Kg	6.000	1	6.000	R\$ 7,80	R\$ 46.800,00

	/kg, Vitamina A (mín) 16000UI/kg, Vitamina C (mín) 350mg/kg, Vitamina D3 (mín) 4000UI/kg, Vitamina E (mín) 128UI/kg, Vitamina K3 (mín) 8mg/kg, Vitamina B1 (mín) 16mg/kg, Vitamina B2 (mín) 20mg/kg, Vitamina B3 (mín) 130mg/kg, Vitamina B5 (mín) 80mg/kg, Vitamina B6 (mín) 13.5mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.7 mg/kg, Vitamina B9 (mín) 7mg/kg, Vitamina B12 (mín) 105mcg/kg, Colina (mín) 1800mg/kg, Cobre (mín) 6mg/kg, Ferro (mín) 45-50mg/kg, Iodo (mín) 1,3-1,5mg/kg, Manganês (mín) 15-45mg/kg, Selênio (mín) 0,15-0.3mg/kg, Zinco (mín) 90-100mg/kg  Produto de referência: SUPRA CARNÍVOROS 40 granulometria 14 mm ou ADM LAGUNA CARNÍVOROS 40 granulometria 10 mm ou equivalente ou de qualidade superior.							
10	RAÇÃO PARA ALEVINOS GRANULOMETRIA 38-40% 2-3 mm  <b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120,00 g/kg; proteína bruta (mín) 450,00 g/kg; extrato etéreo (mín) 80,00 g/kg; fibra bruta (máx) 40,00 g/kg; matéria mineral (máx) 150,00 g/kg; cálcio (mín) 20,00 g/kg; cálcio (máx) 30,00 g/kg; fósforo (mín) 8.000,00 mg/kg; ferro (mín) 45,00 mg/kg; cobre (mín) 7,50 mg/kg; manganês (mín) 45,00 mg/kg; zinco (mín) 90,0 mg/kg; iodo (mín) 1,50 mg/kg; cobalto (mín) 0,15 mg/kg; selênio (mín) 0,45 mg /kg; vitamina A (mín) 12.000,00 UI/kg; vitamina D3 (mín) 2.500,00 UI/kg; vitamina E (mín) 150,00 UI/kg; vitamina K3 (mín) 10,00 mg/kg; vitamina B1 (mín) 20,00 mg/kg; vitamina B2 (mín) 25,00 mg/kg; niacina (mín) 100,00 mg/kg; ácido pantotênico (mín) 50,00 mg/kg; vitamina B6 (mín) 15,00 mg/kg; ácido fólico (mín) 6,00 mg/kg; biotina (mín) 0,50 mg/kg; B12 (mín) 50,00 mcg /kg; vitamina C (mín) 600,00 mg/kg; colina (mín) 500,00 mg/kg; metionina (mín) 8.000,00 mg/kg; mananoligossacarídeos (mín) 20,00 mg/kg.  Produto de referência: ADM LAGUNA ALEVINOS 45 2 a 3 mm, ou equivalente ou de qualidade superior.	232103	Kg	100	1	100	R\$ 13,93	R\$ 1.393,00
11	RAÇÃO PARA PAPAGAIOS E ARARAS  <b>Especificação:</b> Ração extrusada completa de alta energia enriquecida com frutas, óleo e pedaços de coco para Papagaio. Alimento “Super Premium”, de primeira qualidade. Níveis de Garantia: Umidade (Máx.) 110-120 g/kg, Proteína bruta (Mín.) 160-220 g/kg, Extrato etéreo (Mín.) 50-60 g /kg, Matéria fibrosa (Máx.) 35-50 g/kg, Matéria mineral (Máx.) 65-90 g/kg, Cálcio (Máx.) 11-15 g /kg, Cálcio (Mín.) 9.000 mg/kg, Sódio (Mín.) 2.300 mg/kg, Fósforo (Mín.) 5.000-7800 mg/kg, Mananoligossacarídeos-MOS (Mín.) 286-400 mg /kg, Beta-glucanas (Mín.) 440-550 mg/kg, Aditivos adsorventes de toxinas (Mín.) 1.000 mg /kg, Extrato de cardo-mariano (Mín.) 0,5 mg/kg, DL-metionina (Mín.) 4.000 mg/kg, L-lisina (Mín.) 8.000 g/kg.	218097	Kg	300	1	300	R\$ 44,91	R\$ 13.473,00

	<p>Enriquecimento por kg de produto (valores mínimos):</p> <p>Vitamina A (6.400,00-12000 UI), vitamina D3 (1040,00-2700 UI), vitamina E (96,00-170 UI), vitamina K3 (2,40 mg), vitamina C (64,00 mg), ácido fólico (1,60 mg), pantotenato de cálcio (28,00 mg), cloreto de colina (1.200,00 mg), vitamina B6 (4,80 mg), vitamina B1 (4,80 mg), vitamina B2 (8,00 mg), vitamina B12 (64,00 mcg), niacina (44,00 mg), biotina (0,24 mg), cobre (5,60 mg), cobre quelatado (2,4 mg), cobalto (0,12 mg), iodo (0,88 mg), manganês (28,00 mg), manganês quelatado (12,00 mg), zinco (48,00 mg), zinco quelatado (24,00 mg), ferro quelatado (25 mg), selênio orgânico (0,30 mg).</p> <p>Produto referência: QUIMTIA ZOO FEED PSITACÍDEOS; MEGAZOO Papagaios Premium P16, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>							
12	<p>ALIMENTO PARA AVES EM GERAL</p> <p><b>Especificação:</b> Milho em grão, de primeira qualidade.</p> <p>Forma De Fornecimento: saco/saca de 40 ou 50 Kg.</p>	241543	Kg	2.000	1	2.000	R\$ 2,40	R\$ 4.800,00
13	<p>RAÇÃO COMPLETA EXTRUSADA PRONTA PARA USO, INDICADA NA ALIMENTAÇÃO DE JABUTIS</p> <p><b>Especificação:</b> Composição básica: Milho integral, alfafa, fibra de soja, aveia integral, polpa de beterraba, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), farinha de vísceras de frango, farelo de soja, óleo de soja, óleo de palmiste, semente de linhaça, polpa de vegetais (cenoura, beterraba, salsa, salsa, agrião, alface, espinafre), maçã desidratada, fosfato bicálcico, calcário calcítico, levedura seca de cerveja, farinha de alga, vitaminas e minerais.</p> <p>Níveis de garantia: Energia Metabolizável (Mín.) 2800 kcal, Umidade (Máx.) 12,0%, Proteína bruta (Mín.) 15,0%, Extrato etéreo (Mín.) 4,0%, Matéria fibrosa (Máx.) 13,0%, Matéria mineral (Máx.) 9,5%, Cálcio (Máx.) 1,7%, Fósforo (Mín.) 0,6%.</p> <p>Forma De Fornecimento: embalagem de 1,2 Kg ou 3,0 Kg.</p> <p>Embalagem: Polietileno fosco, e polietileno laminado coextrusado para bloqueio de luminosidade ou similar.</p> <p>Produto referência: QUIMTIA ZOO FEED JABUTI; MEGAZOO JABUTI, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	362956	Kg	36	1	36	R\$ 206,95	R\$ 7.450,20
14	<p>SUPLEMENTAÇÃO DE AMINOÁCIDOS E VITAMINAS DO COMPLEXO B</p>	617997	Frasco 1000 milímetros	6	1	6	R\$ 159,08	R\$ 954,48

	<p><b>Especificação:</b> Vitamina B1 (mín) 1.500 mg; Vitamina B6 (mín) 1.000 mg; Vitamina B12 (mín) 2.000 mcg; Pantotenato de Cálcio (mín) 1.000 mg; Betaína (mín) 10 g; Colina (mín) 10 g; Leucina (mín) 1.905 mg; Fenilalanina (mín) 1.253 mg; Tirosina (mín) 703 mg; Treonina (mín) 543 mg; Valina (mín) 1.413 mg; Alanina (mín) 4.898 mg; Glicina (mín) 13612 g; Hidroxiprolina (mín) 4.463 mg; Metionina (mín) 10434 g; Prolina (mín) 7.455 mg; Lisina (mín) 12397 g Cisteína (mín) 216 mg; L-Carnitina (mín) 10 g; Serina (mín) 927 mg; Arginina (mín) 3.427mg; Ácido Aspártico (mín) 3.133 mg; Triptofano (mín) 156 mg; Ácido Glutâmico (mín) 5.658 mg; Histidina (mín) 652 mg; Isoleucina (mín) 818 mg; Glicose (mín) 200 g.</p> <p>Forma De Fornecimento: embalagem de 1,0 litro;</p> <p>Produto referência: Glicopan Energy, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>							
15	<p>PROBIÓTICO E PREBIÓTICO – SUPLEMENTO DE AMINOÁCIDOS, ENERGÉTICO E VITAMÍNICO</p> <p><b>Especificação:</b> Níveis de garantia: <i>Bacillus cereus</i> var. <i>toyoi</i> (4,0x10<sup>11</sup> UFC); <i>Bacillus subtilis</i> (4,0 x10<sup>11</sup> UFC); <i>Bifidobacterium bifidum</i> (3,5x10<sup>11</sup> UFC); <i>Enterococcus faecium</i> (3,5x10<sup>11</sup> UFC); <i>Lactobacillus acidophilus</i> (3,5x10<sup>11</sup> UFC); <i>Mananoligossacarídeo</i> (3,5x10<sup>11</sup> UFC); <i>Mananoligossacarídeo</i> (10 g); Lisina (5.000 mg); Metionina (2.500 mg); Colina (2.000 mg); Vitamina C (10 g); Vitamina E (2.500 UI); Dextrose (50 g).</p> <p>Produto referência: DB Aqua, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	412384	Kg	25	1	25	R\$ 213,10	R\$ 5.327,50
16	<p>SAL BRANCO</p> <p><b>Especificação:</b> (Cloreto de sódio) para nutrição animal, branco, moído, sem presença de iodo.</p> <p>Forma de fornecimento: saco de 25 Kg.</p>	315758	Kg	2.500	1	2.500	R\$ 0,98	R\$ 2.450,00
17	<p>ALGICIDA ESPECÍFICO PARA ESPELHOS D'ÁGUA E LAGOS ORNAMENTAIS</p> <p><b>Especificação:</b> Algicida Granular para Lagos Ornamentais com ação por contato destinado a eliminação de algas e microalgas. O produto deve atuar através da liberação de oxigênio ativo (oxidação), degradando algas filamentosas e microalgas sem deixar resíduos tóxicos.</p> <p><b>Princípio Ativo:</b> Peróxido de Hidrogênio Sólido / Percarbonato de Sódio (concentração mínima de 50%). O produto deve ser <b>ISENTO DE COBRE</b>, metais pesados e herbicidas em sua formulação.</p> <p><b>Produto</b> deve ser totalmente degradável, sem deixar resíduos persistentes no meio ambiente, e seguro para peixes ornamentais e plantas aquáticas. Produto com dose de manutenção</p>	634969	Kg	40	1	40	R\$ 105,31	R\$ 4.212,40



	<p>mínima de 33g para 3300L. O produto deve ter fabricação e indicação específica do fabricante para uso em lagos ornamentais. Produto difere de algicidas para piscinas.</p> <p>Forma de Fornecimento: Embalagem de 5 kg</p> <p>Produto referência: LABCON GARDEN ANTIALGAS para lagos ornamentais, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>							
18	<p>CLARIFICANTE E FLOCULANTE PARA LAGOS ORNAMENTAIS</p> <p><b>Especificação:</b> Clarificante E Floculante Para Lagos Ornamentais com função de aglutinação de partículas em suspensão (poeira, detritos, algas mortas e sedimentos orgânicos) para facilitar a filtragem mecânica ou decantação. Princípio ativo: sulfato de Alumínio em solução aquosa filtrada.</p> <p><b>Veículo:</b> Água filtrada/destilada (isenta de contaminantes) Rendimento mínimo do produto em 30 ml de produto para cada 1.500 litros de água. O produto deve ter fabricação e indicação específica do fabricante para uso em lagos ornamentais. O produto deve ser <b>isento</b> de sulfato de cobre ou outros metais pesados em concentrações tóxicas na formulação, <b>diferenciando-se de clarificantes industriais ou para piscinas</b>. O produto deve apresentar eficácia com dosagem média de referência de <b>15 ml a 20 ml para cada 1.000 litros</b> de água; Cada <b>1 Litro</b> de produto deve ser capaz de tratar, no mínimo, <b>50.000 a 60.000 litros</b> de água</p> <p>Forma de Fornecimento: Galão de 5 litros;</p> <p>Produto referência: Labcon Garden Cristal, ou equivalente ou de qualidade superior.</p> <p>A validade do produto deve ser de, pelo menos, 12 meses</p>	437089	Litro	40	1	40	R\$ 24,76	R\$ 990,40
19	<p>DESINFETANTE VETERINÁRIO CONCENTRADO A BASE DE AMÔNIO QUATERNÁRIO</p> <p><b>Especificação: Princípio Ativo:</b> Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio (Cloreto de Benzalcônio);</p> <p><b>Concentração Mínima: 30,00%</b> (30g a cada 100ml); Deve conter agente tensoativo (ex: Polioxietilenonilfenileter ou equivalente) em sua formulação para ação desengordurante e quebra de biofilme. Ação bactericida, fungicida, viricida e protozoaricida de uso veterinário, altamente concentrado, indicado para desinfecção de ambientes animais e superfícies. ;</p> <p>Forma de Fornecimento: vasilhame de 1 litro;</p> <p>Produto referência: CB-30 Ouro Fino, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	446075	Frasco 1000 milimitros	10	1	10	R\$ 113,09	R\$ 1.130,90

	A validade do produto deve ser de, pelo menos, 12 meses.							
20	<p>CASCA DE ARROZ (Natural)</p> <p><b>Especificação:</b> para utilização como material de cama para animais (exemplo: cama para aves /suínos/equinos e demais animais), proveniente do beneficiamento de arroz, seca, limpa e isenta de contaminantes.</p> <p><b>Composição:</b> 100% Casca de Arroz (<i>Oryza sativa</i>), material inerte; Produto novo (de primeiro uso), não sendo aceita cama reutilizada ou compostada; Teor máximo de umidade de <b>12%</b> (Ideal: 8% a 10%);</p> <p><b>Granulometria:</b> Cascas inteiras ou levemente quebradas, preservando a capacidade de aeração;</p> <p><b>Pureza:</b> O material deve estar livre de: sujidades macroscópicas (terra, pedras, metais); sementes de plantas daninhas; insetos vivos (carunchos, traças) ou mortos; odores de mofo, fermentação ou produtos químicos (solventes/combustíveis).</p> <p><b>Contaminantes Químicos:</b> Isenta de resíduos de pesticidas ou tratamentos químicos pós-colheita que possam ser tóxicos aos animais por contato ou ingestão.</p> <p>Forma de Fornecimento: Sacos de polipropileno ("ráfia") novos e prensados com 25 kg ;</p>	615309	Saco de 25 KG	50	1	50	R\$ 36,75	R\$ 1.837,50
<b>Valor Total:</b>								<b>R\$ 566.228,98</b>

- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas. Para efeito de lances e elaboração de propostas as empresas participantes deverão considerar as especificações dos materiais constantes no quadro descritivo dos itens licitados, no subitem 1.1 deste Termo de Referência.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do item 4.1 do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período, na forma do art. 22 do Decreto 11.462/2023.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da nota de empenho.
- 1.7. A contratação será firmada por meio de aceite da Nota de Empenho, tendo em vista tratar-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, na forma do Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.8. Havendo prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, será admitida a renovação dos exatos quantitativos estabelecidos pela Ata de Registro de Preços, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição visa atender a demanda das residências oficiais (Palácio da Alvorada e Granja do Torto), com as melhores práticas veterinárias e para isso a Diretoria de Administração das Residências Oficiais (DIARO) propôs a aquisição de diferentes insumos e produtos veterinários voltados para o manejo e o tratamento de animais existentes nas residências oficiais, isto é, emas, gansos, patos, frangos, araras, calopsitas, peixes dentre outros, considerando o teor do Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025/DIARO/SA/SE/CC/PR (7241472).

2.2. A aquisição tem como objetivo garantir e suprir tais demandas, cujas quantidades e respectivas justificativas foram definidas pelas áreas administrativas da Presidência da República com previsão de atendimento para 12 (doze) meses.

2.3. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos itens 2 e 7 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A aquisição de insumos e produtos veterinários das Residências Oficiais da Presidência da República e Vice-Presidência da República, visa atender demandas regulares da Diretoria de Administração das Residências Oficiais (DIARO) da Presidência da República que foram apontadas no planejamento de aquisições.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. A Contratada, deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a Instrução Normativa IN SLTIMPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional, em especial o disposto em seus artigos 2º e 5º, a saber:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.3. Os produtos deverão ser embalados e transportados de forma adequada de acordo com suas especificidades, a fim de que não viole sua integridade.

#### Plano de Logística Sustentável

4.4. O Planejamento Estratégico da Presidência da República possui em um de seus objetivos promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, contempladas no Objetivo Estratégico nº 2, "Minimizar o impacto ambiental na produção de resíduos relacionados às contratações de bens e serviços de engenharia e patrimônio". Dessa forma, a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República, aborda objetivos visando ações para orientar equipe de planejamento de contratação.

4.5. Adicionalmente, reconhecemos que o alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) é uma exigência prevista no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022. Nesse sentido, o PDLS da Presidência da República foi elaborado com indicadores estratégicos que buscam inserir na contratação de bens e serviços obrigações referente a melhores práticas da gestão de resíduos, alinhando-se ao Objetivo Estratégico nº 2 do Planejamento Estratégico, que visa inserir na contratação de bens e serviços obrigações referente a melhores práticas da gestão de resíduos.

4.6. A implementação de ações sustentáveis, como aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade, é uma prioridade constante. O PDLS conta com indicadores de desempenho que monitoram o aumento de contratações sustentáveis e direcionam esforços para alcançar a meta de orientar as equipes de planejamento de contratação, reforçando o compromisso institucional com a redução do consumo.

4.7. Portanto, as contratações realizadas observam os princípios da sustentabilidade e estão alinhadas aos instrumentos de planejamento estratégico e operacional da Administração Pública. A Administração deve implementar e monitorar a gestão de resíduos sólidos para minimizar o impacto ambiental contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas no PDLS e na gestão organizacional.

## **Indicação de marcas ou modelos**

4.8. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) marca(s) ou modelo(s), se não como referência para identificação de produtos equivalentes, de acordo com o art. 41 da Lei 14.133, de 2021:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, na seguinte hipótese:

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência".

## **Da exigência de amostra**

4.9. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocado para apresentar foto da embalagem do insumo ou do produto a ser fornecido ou, alternativamente, Formulário Técnico de Insumos e Produtos, contendo as especificações do item ofertado, quando solicitado pela Administração. Caso haja dúvidas quanto à qualidade do produto, poderá ser solicitada amostra, conforme descrito abaixo:

4.9.1. O Formulário Técnico de Insumos e Produtos, como solicitado no documento, também deverá conter foto do insumo ou produto a ser adquirido, além das demais informações constantes do documento.

4.9.2. Na hipótese das informações fornecidas pelo licitante serem incompletas ou insuficientes para se avaliar a qualidade do insumo ou produto ofertado, a Administração Pública poderá solicitar a amostra a ser entregue, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro, por meio de mensagem no sistema, no seguinte endereço: Palácio do Planalto, na Coordenação de Materiais no Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, no horário das 08h às 17h00, telefone (61) 3411-2633 ou 3411-2635, sendo que a empresa licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega. A amostra deverá estar identificada da seguinte maneira:

a) Número do Pregão;

b) Número do item;

c) Nome da empresa licitante;

d) apresentar para cada item a quantidade entre 500 g (quinhentas gramas) e 1 Kg (um quilograma) e 1 L (um litro).

4.9.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

4.10. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.12. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade referentes a:

4.12.1. Especificação, material, qualidade e está dentro da especificação deste Termo de Referência.

4.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.14. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.15. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.16. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.17. Caso as amostras tenham o padrão de qualidade exigido, porém necessitem de ajustes, poderá ser concedido um prazo extra, de no máximos 07 (sete) dias corridos para a adequação das mesmas.

4.18. A critério da administração, a amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade fornecida.

## **Subcontratação**

4.19. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar no item 4.33.

## **Intenção de Registro de Preços**

4.21. Não será deferida a intenção de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos itens 4.38 e 4.39 do Estudo Técnico Preliminar.

## **Adesão à Ata de Registro de Preços**

4.22. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no item 4.40 do Estudo Técnico Preliminar.

## **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.23. Em que pese a legislação prever tratamento diferenciado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP), isto é, aplicabilidade de reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), de acordo com o art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e com o inciso III, do art. 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, c/c inciso II, do art. 10, do retromencionado Decreto, não se deve aplicar o tratamento diferenciado e simplificado nesta licitação, em virtude de não ser vantajoso ao interesse público.

4.24. O estabelecimento da cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) implicaria em dividir o objeto em itens distintos. Por conseguinte, haveria o risco de que um ou mais itens tivessem resultado fracassado, tendo como consequência a redução do quantitativo de unidades dos itens a serem fornecidos, não atendendo integralmente à demanda do Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI nº7241472)

4.25. É inequívoco que a execução e o gerenciamento de vários contratos, diante de dificuldades no controle simultâneo de vários processos, resultariam em desperdícios e em perda da economia de escala quando os bens a serem adquiridos são os mesmos, como no caso da licitação em tela. Nesse contexto, o prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto, pode se materializar na hipótese de que, com a aplicabilidade da cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), venha a ocorrer o fornecimento de materiais distintos.

4.26. Logo, não se aplicará nesta aquisição a cota reservada prevista no art. 8º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, com base no inciso II do parágrafo único do art. 10 do mencionado Decreto, uma vez que não é vantajoso, sob a ótica de logística, a possibilidade de marcas e produtos distintos para o mesmo item.

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - Não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo;

IV - O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º. Parágrafo único.

Para o disposto no inciso II do caput , considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

# **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos materiais é de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. Os itens deverão ser entregues nos seguintes endereços, conforme a demanda:

a) Local de entrega 1: Palácio da Alvorada - Residência Oficial da Presidência da República, situado na Zona Cívico-Administrativa, CEP 70150-903, em Brasília - DF.

b) Local de entrega 2: Granja do Torto - Residência de Campo Oficial da Presidência da República, situado as margens da BR-020 na Saída Norte, CEP 70636-000, em Brasília - DF.

c) Local de entrega 3: Depósito Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Área anexa ao Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília - DF.

5.2.1. O horário de entrega poderá ser fixado entre 8 h (oito horas) e 17 h (dezessete horas).

5.2.2. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.3. A empresa deverá transcrever na nota fiscal: marca, modelo do material e número da Nota de Empenho.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A licitante vencedora deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão de obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia, não havendo qualquer ônus para a Secretaria de Administração da Presidência da República.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato decorrente do registro de preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato decorrente do registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada, devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após o aceite ou retirada da Nota de Empenho, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato decorrente do registro de preços, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato decorrente do registro de preços, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços, acompanhará a execução do contrato decorrente do registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato decorrente do registro de preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços, anotarà no histórico de gerenciamento do contrato decorrente do registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato decorrente do registro de preços com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços, emitirá notificações para a correção da execução do contrato decorrente do registro de preços, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços, informará ao gestor do contrato decorrente do registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, decorrente do registro de preços, nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços, comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato decorrente do registro de preços.

6.12. O fiscal técnico do contrato, decorrente do registro de preços, comunicará ao gestor do contrato decorrente do registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato decorrente do registro de preços sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato, decorrente do registro de preços, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato, decorrente do registro de preços, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato decorrente do registro de preços, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato, decorrente do registro de preços:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5 (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.10.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. O prazo de validade;

8.12.2. A data da emissão;

8.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. O valor a pagar; e

8.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à

regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/03/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Registro de Preço, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. No momento do envio da proposta para análise (fase de aceitação), a empresa licitante deverá informar a marca e o modelo, quando aplicável, do produto ofertado.

#### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme demanda.

#### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

#### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. Não será exigida, nos termos do inciso III do caput do artigo 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Qualificação Técnica**

9.24. Não será exigida, nos termos do inciso III do caput do artigo 70 da Lei 14.133, de 2021, tendo em vista se tratar de aquisição de características elementares, a qual não se acolhe outras exigências.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 566.228,98 (Quinhentos e Sessenta e Seis Mil e Duzentos e Vinte e Oito Reais e Noventa e Oito Centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2026, na Unidade Gestora Secretaria de Administração, número de UG 110001 - SA/PR.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I

**(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital , no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
  - 5.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - 5.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
  - 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
  - 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
    - 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
  - 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação , ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Registro de Preço nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO III

Formulário Técnico de Insumos e Produtos:



## FORMULÁRIO TÉCNICO DE INSUMOS E PRODUTOS

Identificar as características técnicas do insumo ou produto ofertado pelo licitante de modo a possibilitar a correta avaliação do item para aceitação.

<b>IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE</b>	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Município:	UF:
Telefone Fixo:	Celular/ WhatsApp:
E-mail:	

<b>NÚMERO DO ITEM DA LICITAÇÃO INDICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA:</b>	
<b>DESCRIÇÃO DO ITEM DA LICITAÇÃO INDICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA:</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE OU PRODUTOR DO INSUMO OU PRODUTO OFERTADO</b>	
Nome:	Marca:
<b>Característica do Rótulo</b>	<b>Característica da Embalagem</b>
( ) Impresso na embalagem	( ) Ausência de embalagem
( ) Etiqueta adesiva ou afixada (grampeada ou amarrada)	( ) Papel
( ) Etiqueta lacre	( ) Papelão
( ) Gravado em relevo	( ) Plástico
( ) Litografado / gravado a quente	( ) Vidro
( ) Outra:	( ) Outra:
<b>CONTEÚDO: PESO / VOLUME</b>	
Quantidade de produto acondicionado:	Unidade de medida:
<b>FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE</b>	
Data de fabricação e validade - Dia/Mês/Ano:	Local e forma de indicação:
<b>ANEXAR FOTO DO INSUMO OU PRODUTO (EMBALAGEM)</b>	

1

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**PEDRO IVO BRAGA PASSOS**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 16:52:31.*

**THIAGO MIGUEL RODRIGUES DA SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 13:26:35.*

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## Estudo Técnico Preliminar 31/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00264.000350/2025-31

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Inicialmente, faz-se necessário registrar que, desde a inauguração de Brasília, as residências oficiais do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto detêm nos seus jardins e em suas áreas de convivência externa diversos animais da fauna brasileira como emas, gansos, patos e outras aves de médio e pequeno porte, peixes e jabutis.

2.2. Dessa forma, têm ocorrido anualmente a aquisição de ração animal voltado para a manutenção das fauna existente no Palácio da Alvorada e na Granja do Torto. Abaixo consta a relação dos processos dos últimos 5 (cinco) anos:

- Ano 2025 - processo SEI nº 00264.000415/2024-68;
- Ano 2024 - processo SEI nº 00264.001032/2023-26;
- Ano 2023 - processo SEI nº 00264.000037/2023-31;
- Ano 2022 - processo SEI nº 00140.000853/2021-80;
- Ano 2021 - processo SEI nº 00140.000954/2020-70 e processo SEI nº 00059.000122/2021-63; e,
- Ano 2020 - processo SEI nº 00140.000701/2019-62.

2.3. Além dos animais das residências oficiais, devido à proximidade do Palácio da Alvorada com o lago Paranoá e, da Granja do Torto com a Floresta Nacional de Brasília (Flona) e com o Parque Nacional de Brasília (Água Mineral), há o trânsito de diferentes tipos de aves e animais da fauna silvestre brasileira nas áreas verdes das residências oficiais. Esta variedade de animais demanda diversidade de alimentos in natura e industrializados. A continuidade, a quantidade, a diversidade e a qualidade dos alimentos são essenciais para os tratadores e a equipe técnica veterinária garantirem a manutenção nutricional desse patrimônio natural e o seu bem-estar.

2.4. A aquisição de ração animal que ora se propõe adquirir reforçará as boas práticas de criação, bem como, melhorará a sustentabilidade dos seus sistemas produtivos e a qualidade dos animais tanto no Palácio da Alvorada e na Granja do Torto além de mitigar riscos e impactos ambientais, como a mortalidade de animais já registrada em anos anteriores.

2.5. A presente aquisição adotará o Sistema de Registro de Preços - SRP, a exemplo das contratações realizadas nos anos anteriores devido à natureza dos insumos e produtos de uso veterinário a serem adquiridos que impede a definição exata dos quantitativos a serem consumidos, bem como da necessidade de fornecimento com entregas parceladas devido a inexistência de silos e locais apropriados para armazenagem de grandes quantidade de rações, por exemplo.

2.6. Registra-se que a não contratação do objeto em apreço gerará dificuldades para garantir a alimentação da fauna existente nas residência oficiais, podendo, inclusive, eventualmente caracterizar crimes ambientais previstos na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

2.7. Ante o exposto, justifica-se adquirir todos os itens relacionados a ração animal apontados no Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025 /CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI nº 7241472), como forma de possibilitar ampliar o grau de bem-estar animal, contribuindo fortemente para a consolidação sustentável da fauna silvestre do Brasil existente nas residências oficiais, além de mitigar riscos de impactos ambientais, reduzir os riscos à saúde dos animais.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIARO - Diretoria de Apoio às Residências Oficiais	ANTONIO EZEQUIEL DE SOUSA BARROS

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Requisitos Gerais

4.1. Os bens objeto desta aquisição, sistema de registro de preços, de insumos veterinários e produtos veterinários são caracterizados como bens comuns nos termos do artigo 3º, inciso II do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

4.2. Em respeito ao Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, esta Administração adota o Sistema de Registro de Preços - SRP, devido à natureza dos materiais a serem adquiridos que impedem a definição exata dos quantitativos a serem consumidos, bem como da necessidade de aquisição dos materiais conforme demanda, ou seja, com entregas parceladas, em consonância com os Incisos I, II e V do At. 3º do referido Decreto, conforme abaixo:

I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.3. Ainda, não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, em razão da falta de capacidade logística e de recursos humanos para o posterior gerenciamento no órgão:

Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.

4.4. Os materiais que ora se propõe adquirir devem atender as exigências fitossanitárias estabelecidas pelos órgãos públicos seja para a fabricação, comercialização e armazenamento, bem como, registrado, se for a hipótese, no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, conforme Decreto nº 6.296 de 11 de dezembro de 2007 e Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969. Por conseguinte a embalagem deverá :

4.4.1. Os materiais ou produtos industrializados deverão estar devidamente embalados e conter as seguintes informações:

- identificação do produto/material;
- identificação do fabricante;
- data de fabricação ou de industrialização;
- número do lote de fabricação ou de industrialização;
- data de validade do produto/material;
- peso líquido;
- tabela nutricional, se for o caso.

4.4.2. Os materiais ou produtos embalados não poderão apresentar furo ou violação da embalagem.

4.4.3. Para materiais ou produtos industrializados será exigida validade mínima de 6 (seis) meses a partir da emissão da Nota Fiscal.

4.4.4. Os materiais ou produtos perecíveis deverão estar acondicionados, preferencialmente, em embalagens compostas por materiais recicláveis ou reutilizáveis.

### Requisitos específicos

4.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração Contratante, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.8. Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

4.10. As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório. Ademais, as especificações dos insumos a serem entregues devem observar padronização compatível com aquelas adotadas usualmente nas empresas especializadas do ramo de comércio e indústria. Os dados tanto dos insumos também devem atender a catalogação no sistema de compras do governo federal.

4.11. A garantia dos materiais fornecidos deve seguir as determinações da legislação vigente (Código de Defesa do Consumidor).

4.12. A licitante vencedora deverá solucionar possíveis problemas relativos aos insumos, sendo que todo e qualquer ônus para a sua solução correrão às expensas da Contratada, como transporte para retirada e devolução do produto, troca do produto, entre outros.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.13. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) marca(s) ou modelo(s), se não como referência para identificação de produtos equivalentes, de acordo com o art. 41 da Lei 14.133, de 2021:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, na seguinte hipótese:

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência".

4.14. A marca dos produtos de referência corresponde àqueles indicadas no documento encaminhado pela área demandante, isto é, no Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI nº 7241472).

#### **Critérios de Aceitação dos Insumos e Produtos e Possibilidade de solicitação de Amostras**

4.15. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocado para apresentar foto da embalagem do insumo ou do produto a ser fornecido ou, alternativamente, Formulário Técnico de Insumos e Produtos, contendo as especificações do item ofertado, quando solicitado pela Administração. Caso haja dúvidas quanto à qualidade do produto, poderá ser solicitada amostra, conforme descrito abaixo:

4.15.1. O Formulário Técnico de Insumos e Produtos, como solicitado no documento, também deverá conter foto do insumo ou produto a ser adquirido, além das demais informações constantes do documento.

4.15.1.1. O Formulário Técnico de Insumos e Produtos constará como anexo ao Termo de Referência.

4.15.2. Na hipótese das informações fornecidas pelo licitante serem incompletas ou insuficientes para se avaliar a qualidade do insumo ou produto ofertado, a Administração Pública poderá solicitar a amostra a ser entregue, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro, por meio de mensagem no sistema, no seguinte endereço: Palácio do Planalto, na Coordenação de Materiais no Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, no horário das 08h às 17h00, telefone (61) 3411-2633 ou 3411-2635, sendo que a empresa licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega. A amostra deverá estar identificada da seguinte maneira:

a) Número do Pregão;

b) Número do item;

c) Nome da empresa licitante;

d) apresentar para cada item a quantidade entre 500 g (quinhentas gramas) e 1 Kg (um quilograma) e 1 L (um litro).

4.15.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

4.15.4. É facultada prorrogação ao prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat do sistema pelo interessado, antes de findo o prazo, desde que devidamente justificado.

4.15.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.15.6. A Administração poderá solicitar a reapresentação da amostra caso a quantidade fornecida seja insuficiente para a avaliação.

4.15.7. O resultado da avaliação será divulgado por meio de mensagem no sistema.

4.15.8. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

4.15.9. O exemplar colocado à disposição da Administração será tratado como protótipo, podendo ser manuseado e avaliado pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.15.10. Após a divulgação do resultado final do certame, a amostra entregue deverá ser recolhida pelo fornecedor no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderá ser descartada pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.15.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.15.12. A critério da Administração, a amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade fornecida.

### **Critérios e práticas de sustentabilidade**

4.16. Considera-se oportuno nesta seção trazer à baila algumas disposições da Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional, em especial o disposto em seus artigos 2º e 5º:

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.17. Nesse contexto, cabe destacar a adoção do uso de documentação em formato eletrônico, visando minimizar o uso de papel e, portanto, a produção de resíduos de serviços gráficos.

4.18. Em atendimento à Instrução Normativa nº 01 SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, em especial o disposto nos artigos 2º e 5º, foram observados para a presente contratação os aspectos descritos a seguir:

4.19. Em relação a exigência de certificação prevista no inciso II do art. 5º da referida norma e, também, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5ª ed. revista, atualizada, ampliada. Brasília: AGU, agosto de 2022), para os insumos a serem adquiridos já consta nos requisitos específicos o atendimento à citada exigência.

4.20. Os requisitos quanto à embalagem, descritos no inciso III do art. 5º da referida norma, foram utilizados como referência para as especificações do produto a ser adquirido, considerando princípios de sustentabilidade.

4.21. Os requisitos adicionais de certificação previstos nos incisos I e IV da Instrução Normativa nº 01 SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, não puderam ser aplicados, uma vez que tal exigência poderia frustrar a competitividade do certame, na medida em que os produtos identificados no levantamento de mercado não dispõem de certificações ambientais específicas, seja da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, ou ainda, não possuem declaração referente às diretivas RoHS, que não se aplicam ao presente caso.

4.22. Ressaltamos que não foram identificados outros critérios de sustentabilidade aplicáveis.

### **Plano de Logística Sustentável**

4.23. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República procura garantir o alinhamento das aquisições de bens e contratações de serviços ao planejamento estratégico integrado da Presidência da República, bem como aos demais instrumentos de governança existentes.

4.24. O PDLS apresenta os eixos temáticos que considera objetivos e ações referentes a critérios e práticas de sustentabilidade nas compras da Presidência da República a serem implementados durante todo o ciclo da contratação, são os seguintes que se adequam à demanda de itens para manutenção e conservação do patrimônio natural:

4.24.1. No Plano de Metas e Ações contempla:

a) Orientar a equipe de planejamento visando alinhar e inserir na contratação de bens e serviços obrigações referentes a melhores práticas da gestão de resíduos conforme a Meta prevista no Eixo 1 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS.

b) Aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade e formalização dos critérios de padronização com vista na inserção, quando couber, dos critérios de sustentabilidade conforme as ações do Eixo 3 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS alinhado com a legislação vigente e o Caderno de Logística Sustentável do MGI.

### **Recebimento**

4.25. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, observando a quantidade, o horário e o local definidos. Abaixo tem-se os possíveis endereços que poderão ser indicados, conforme a demanda:

4.25.1. Os possíveis endereços de entrega são:

a) Local de entrega 1: Palácio da Alvorada - Residência Oficial da Presidência da República, situado na Zona Cívico-Administrativa, CEP 70150-903, em Brasília - DF.

b) Local de entrega 2: Granja do Torto - Residência de Campo Oficial da Presidência da República, situado as margens da BR-020 na Saída Norte, CEP 70636-000, em Brasília - DF.

c) Local de entrega 3: Depósito Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Área anexa ao Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília - DF.

4.25.2. O horário de entrega poderá ser fixado entre 8 h (oito horas) e 17 h (dezessete horas).

4.25.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.25.4. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.26. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.27. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.28. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.29. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

4.30. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.31. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.32. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.33. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Garantia da Contratação**

4.34. Não haverá exigência da garantia da contratação conforme art. 96 e seguintes da lei nº 14.133/21.

#### **Garantia da Qualidade dos Insumos a serem entregues**

4.35. Por se tratar de bens comuns, o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.36. A garantia se iniciará a partir do recebimento definitivo.

4.37. A licitante vencedora deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a Secretaria de Administração da Presidência da República.

#### **Impossibilidade de Intenção de Registro de Preços**

4.38. Considerando o disposto no inciso II, artigo 7º do Decreto nº 11.462/2023, não será deferida a intenção de registro de preços por parte deste órgão, uma vez que o processo de aquisição de itens para manutenção e conservação do patrimônio natural foi planejado com base em necessidades predefinidas e urgentes do órgão gerenciador, visando atender à demandas específicas de forma célere e eficiente. A anuência à intenção de registro de preços por outros órgãos implicaria em novos trâmites administrativos, como a verificação das necessidades de cada um deles e a adequação de suas solicitações, o que atrasaria significativamente o presente processo de contratação e, consequentemente, o atendimento das demandas do órgão gerenciador. Tal situação contraria a necessidade de uma contratação ágil e que atenda, sem delongas, aos objetivos do órgão responsável.

4.39. Outrossim, o deferimento à intenção de registro de preços por outras instituições pode implicar em um aumento da complexidade na gestão do contrato, com a necessidade de gerenciar diferentes demandas, prazos e condições específicas para cada órgão aderente, o que poderia impactar negativamente o processo de aquisição em razão da limitação na capacidade de gerenciamento.

#### **Impossibilidade de Adesão posterior à Ata de Registro de Preços**

4.40. Considerando o disposto no inc. XI do art. 7º do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Coordenação de Materiais não dispõe de capacidade e recursos humanos suficientes para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11462, de 31 de março de 2023.

## **5. Levantamento de Mercado**

#### **Análise comparativa de práticas e/ou soluções para a necessidade**

5.1. Buscou-se informações em processos licitatórios de outros órgãos que também realizam o manejo e tratamento de animais similares àquelas existentes nas residências oficiais, isto é, emas, gansos, patos, frangos, araras, calopsitas, peixes dentre outros. Frisa-se que não foram encontradas situações similares, uma vez que as aves nas residências oficiais transitam livremente pelas áreas externas e jardins (não são criadas em cativeiro, a exemplo do que ocorrem em zoológicos e universidades). Todavia, nos processos licitatórios foram identificados alguns itens similares àqueles almejados pela área demandante, especialmente aqueles relacionados a alimentação (ração).

5.2. É oportuno salientar também que as universidades realizam aquisições voltadas para a produção de aves com a finalidade acadêmica (ensino e pesquisas científicas) enquanto nas residências oficiais busca-se a conservação e manutenção da fauna.

5.3. Constatou-se que os itens similares almejados pela Diretoria de Apoio As Residências Oficiais (DIARO/SA/SE/CC/PR) foram adquiridos pelos outros órgãos públicos por diferentes modalidades de licitação: Contratação Direta por Dispensa; Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços. Ademais, nas contratações similares consultadas, realizadas por outros órgãos e entidades, não foram identificadas a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, do que esta pretendida.

5.4. A opção de não adquirir os itens almejados não é uma solução viável para o caso da Presidência da República, pois, comprometeria o tratamento e manejo das aves, podendo inclusive acarretar a morte de animais como já ocorreu no passado.

#### **Modalidade de processo licitatório a ser adotado**

5.5. Definido acima como melhor solução para necessidade descrita a aquisição de todos os itens almejados pela DIARO, é oportuno se avaliar como se dará o processo licitatório em questão frente ao que ocorre nos demais órgãos públicos.

5.6. A primeira opção seria a adesão a Ata de Registro de Preços (ARP) vigente e com demonstrada vantagem para a Administração, por meio de pesquisa de preço.



5.7. Foi realizada consulta no sistema de compras (painel de preços). A referida pesquisa identificou que não existe Ata de Registro de Preços para os itens almejados conforme o descritivo dos bens.

5.8. A segunda opção para atendimento da necessidade seria através da busca de alguma Intenção de Registro de Preço (IRP) aberta no Sistema SIASGnet (sistema de compras do governo), de forma que a Secretaria Administrativa da Presidência da República pudesse através da citada ferramenta, analisar se algum outro órgão da esfera do Poder Executivo Federal, estaria realizando aquisição desse mesmo objeto. Nessa situação, economizar-se-ia parte da fase interna já supostamente já teria sido realizada pelo outro órgão gerenciador como, por exemplo, pesquisa de preço, estudo técnico preliminar, termo de referência e dentre outros documentos. Ocorre que não foram verificadas intenções de registro de preços que dispusessem dos itens almejados em questão que pudessem atender a demanda da Presidência da República em tempo hábil frente a necessidade.

5.9. A terceira e última opção se constitui na realização de processo licitatório próprio, em que não haja a utilização do procedimento auxiliar do registro de preços, para a aquisição dos itens almejados pela DIARO, este é mais custoso e também demanda um tempo maior de instrução processual, sendo menos célere e mais dispendioso frente as duas opções anteriores.

5.10. Considerando o disposto tanto no art. 75, caput, inciso II c/c art. 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o disposto no Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, não é possível realizar a presente aquisição pela modalidade de dispensa, uma vez que o valor máximo de aquisições em que é possível a dispensa é de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

5.11. Dessa forma, diante do exposto e pela impossibilidade das opções acima indicadas, restou como melhor opção de contratação a elaboração de processo licitatório na modalidade pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da Ata de Registro de Preços (ARP), a exemplo do que ocorreu em anos anteriores.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Visando o atendimento das melhores práticas veterinárias adotadas nas residências oficiais (Palácio da Alvorada e Granja do Torto), à Diretoria de Administração das Residências Oficiais (DIARO), propôs a aquisição de diferentes insumos e produtos veterinários voltados para o manejo e o tratamento de animais existentes nas residências oficiais, isto é, emas, gansos, patos, frangos, araras, calopsitas, peixes dentre outros, considerando o teor do Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI nº 7241472).

6.2. A solução visa fornecer produtos de qualidade, em quantidades preestabelecidas, suprimindo as demandas da DIARO pelos diferentes materiais e produtos voltados para uso veterinário.

6.3. Neste mesmo levantamento não foram encontradas contratações similares feitas por meio de Pregão Eletrônico e Dispensa de Licitação, e esta Equipe de Planejamento da Contratação – EPC concluiu que a melhor escolha para essa contratação será pela modalidade de licitação de Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo em vista que permite adequar as condições do planejamento à renovação do estoque, mediante o consumo, sem que comprometa a totalidade dos recursos financeiros e a estocagem, além da possibilidade da contratada fazer as entregas parceladas, conforme as necessidade da contratante.

6.4. O tipo de solução foi embasado na ata vigente, a qual se adequa melhor às pretensões da Presidência da República que é licitação na modalidade pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da Ata de Registro de Preços (ARP), que garante o fornecimento do material sem a obrigatoriedade de compra.

6.5. A nova contratação proposta visa dar continuidade ao fornecimento de insumos e produtos veterinários para o manejo e tratamento de animais existentes nas residências oficiais.

6.6. As especificações técnicas dos diferentes insumos e produtos veterinários observaram aquelas especificações definidas no Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI nº 7241472). Os materiais a serem fornecidos deverão ser de qualidade adequada e estarem de acordo com as especificações do Termo de Referência - TR.

6.7. A metodologia adotada, para se obter o preço de referência, foi a média e mediana de preços, ou então o menor valor quando o coeficiente de variação era inferior a 20%, uma vez que, proporcionou uma visão mais próxima dos preços, atualmente praticados junto ao mercado.

6.8. Os diferentes insumos e produtos veterinários, por serem bens comuns, deverão ter garantia do fabricante e/ou da licitante vencedora observando as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.9. A garantia dos objetos se iniciará a partir do recebimento definitivo. Havendo necessidade de substituição ou troca do insumo ou produto no prazo vigente da garantia dos objetos, a licitante vencedora deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão de obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a contratante.

### Justificativa para Não Aplicação da Cota Reservada

6.10. Em que pese a legislação prever tratamento diferenciado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP), isto é, aplicabilidade da cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), de acordo com o art. 8º, do

Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e com o inciso III, do art. 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, c/c inciso III, do art. 10, do retromencionado Decreto, não se deve aplicar o tratamento diferenciado e simplificado nesta licitação, em virtude de não ser vantajoso ao interesse público, como preceitua o inciso II, do art. 10 do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

6.11. O estabelecimento da cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) implicaria em dividir o objeto em itens distintos. Por conseguinte, haveria o risco de que um ou mais itens tivessem resultado fracassado, tendo como consequência a redução do quantitativo de unidades dos itens a serem fornecidos, não atendendo integralmente à demanda do Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (7241472).

6.12. Ademais, poderia não existir uniformidade dos itens entregues de marcas e qualidades distintas, o que implicaria no comprometimento da alimentação da fauna silvestre das residências oficiais.

6.13. É inequívoco que a execução e o gerenciamento de vários contratos, diante de dificuldades no controle simultâneo de vários processos, resultariam em desperdícios e em perda da economia de escala quando os bens a serem adquiridos são os mesmos, como no caso da licitação em tela. Nesse contexto, o prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto, pode se materializar na hipótese de que, com a aplicabilidade da cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), venha a ocorrer o fornecimento de equipamentos distintos.

6.14. Cumpre destacar também que, durante a etapa de estimativa ou levantamento de preços junto ao mercado, foi constatado que a grande parte de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) não conseguiriam atender ou fornecer os itens almejados pela Presidência da República nas quantidades almejadas, uma vez que se tratam de itens com características de especificações técnicas específicas ou marcas de primeira qualidade.

6.15. Além disso, a aplicação da cota de 25% (vinte e cinco por cento), implicaria no aumento do número de fornecedores (pessoas) que passariam a ter acesso as residências oficiais para realizar a entrega dos bens, o que acaba também dificultando a atividade das equipes de segurança, pois, existiria a possibilidade de entrega em datas distintas por pessoas diferentes.

6.16. Logo, não se aplicará nesta aquisição a regra do tratamento diferenciado e simplificado para microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) com base no inciso II c/c o inciso II do parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, uma vez que não é vantajoso tanto sob a ótica de logística (possibilidade de marcas e produtos distintos para o mesmo item) quanto de segurança (aumento do número de empresas e pessoas com acesso às residências oficiais para entregar o mesmo item).

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993 , excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput , considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade estimada para a presente contratação foi baseada na demanda apontada pela área demandante quando da realização do Plano Anual de Contratações - PCA 2026, conforme Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI nº 7241472) que ora se propõe adquirir.

7.2. A Presidência da República e Vice-Presidência da República possuem um patrimônio natural composto por diversas espécies animais sob sua tutela, inclusive em seus Criadouros Conservacionistas. Essa fauna faz parte de um patrimônio natural que, inclusive, possui valor histórico, uma vez que vários deles estão desde a implantação da nova Capital da República. Para a manutenção nutricional desse patrimônio natural, o seu bem-estar e conservação, é necessário que se faça a aquisição dos itens que constam neste DFD.

7.3. Também foram identificados os códigos do Catálogo de Materiais (Catmat) a serem utilizados para realização da licitação:

--	--	--	--	--

Item	Código Catmat	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
1	218097	<p>RAÇÃO PARA RATITAS (Avestruzes e emas) ADULTAS – PELETIZADA.</p> <p><b>Especificação:</b> Composição: Milho Moído, Farelo de Trigo, Farelo de Arroz, Farelo de Soja, Feno Moído de Alfafa, Calcário Calcítico, Fosfato Bicálcico, Cloreto de Sódio, DL-Metionina, L-Lisina HCl, Bentonita, Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Vitamina B1, Vitamina B2, Niacina (Ácido Nicotínico), D-Pantotenato de Cálcio, Vitamina B6, Biotina, Ácido Fólico, Vitamina B12, Cloreto de Colina, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Iodato de Cálcio, Sulfato de Manganês, Selenito de Sódio, Óxido de Zinco, Etoxiquin, Caulim, Aditivo Enzimático (6-Fitase (<i>Trichoderma reesei</i> – CBS 126897))</p> <p>Inclusão de DL-Metionina e L-Lisina</p> <p>Níveis de garantia: Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 140g/kg (14%) a 175g/kg (16%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 170g/kg (17%), Matéria Mineral (máx) 120g/kg (12%), Cálcio (mín) 12g/kg (1.2%), Cálcio (máx) 16-25g/kg (1.6-2,5%), Fósforo (mín) 7000mg/kg (0.7%), Metionina (mín) 2600mg/kg, Lisina (mín) 6500mg/kg, Treonina (mín) 4600mg/kg, 6 Fitase (mín) 500FTU/kg, Vitamina A (mín) 4680-12500UI/kg, Vitamina D3 (mín) 4000UI/kg, Vitamina E (mín) 37.5UI/kg, Vitamina K3 (mín) 3.13mg/kg, Vitamina B1 (mín) 3.13mg/kg, Vitamina B2 (mín) 8.13mg/kg, Vitamina B3 (mín) 50mg/kg, Vitamina B5 (mín) 12.5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 5mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.12mg/kg, Vitamina B9 (mín) 1.25mg/kg, Vitamina B12 (mín) 31.25mcg/kg, Colina (mín) 200-1400mg/kg, Cobre (mín) 10mg/kg, Ferro (mín) 50mg/kg, Iodo (mín) 1mg/kg, Manganês (mín) 100mg/kg, Selênio (mín) 0.3mg/kg, Zinco (mín) 40mg/kg.</p> <p>Produto de referência: SUPRA Avestruz Manutenção; QUIMTIA Zoo Feed Ratitas, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	19.000
2	218097	<p>ALIMENTO COMPLETO PARA GALIFORMES SILVESTRES EM REPRODUÇÃO</p> <p><b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120 g/kg; Matéria Mineral (máx) 150 g/kg; Cálcio (mín-max) 25-40 g/kg; Proteína Bruta (mín) 200 g/kg; Fibra Bruta (máx) 50 g/kg; Fósforo (mín) 7.800 mg/kg; Extrato Etéreo (mín) 70 g/kg; Energia Metabolizável 2.850 kcal/kg. VITAMINAS: Vitamina A (mín) 46.000 UI/kg; Vitamina D3 (mín) 10.000 UI/kg; Vitamina E (mín) 190 UI/kg; Vitamina K3 (mín) 5 mg/kg; Vitamina B1 (mín) 15 mg/kg; Vitamina B2 (mín) 29 mg/kg; Vitamina B6 (mín) 14 mg/kg; Vitamina B12 (mín) 80 mcg/kg; Niacina (mín) 170 mg/kg; Pantotenato de cálcio (mín) 80 mg/kg; Ácido fólico (mín) 4 mg/kg; Biotina (mín) 0,4 mg/kg; Vitamina C (mín) 900 mg/kg; Inositol (mín) 60 mg/kg; Fosfatidilcolina (mín) 3 mg/kg; Colina (mín) 1.300 mg/kg.</p> <p>MINERAIS: Sódio (mín) 4.000 mg/kg; Ferro (mín) 100 mg/kg; Manganês (mín) 60 mg/kg; Zinco (mín) 60 mg/kg; Cobre (mín) 10 mg/kg; Iodo (mín) 1,2 mg/kg; Flúor (máx) 78 mg/kg; Selênio orgânico 0,35 mg/kg; Potássio (mín) 9.700 mg/kg; Cobre orgânico (mín) 5 mg/kg; Ferro orgânico (mín) 40 mg/kg; Manganês orgânico (mín) 50 mg/kg; Zinco orgânico (mín) 40 mg/kg; Cobalto (mín) 0,1 mg/kg.</p> <p>AMINOÁCIDOS: Metionina (mín) 6.000 mg/kg; Lisina (mín) 13 g/kg; Triptofano (mín) 2.800 mg/kg; Treonina (mín) 9.000 mg/kg.</p> <p>ADITIVOS: BHT (Butilhidroxitolueno) (mín) 120 mg/kg; Extrato de yucca 125 mg/kg; Betaglucano 542 mg/kg; Mananoligossacarídeo 286 mg/kg; Extrato de cardo mariano (<i>Silybum marianum</i>) 2 mg/kg</p>	Quilograma (Kg)	550

		<p>Apresentação em forma física de pellets com 4 mm de diâmetro, de coloração bege a marrom.</p> <p>Forma de Fornecimento: Envasado em sacarias de 15 e 20 kg.</p> <p>Produto de Referência: QUIMTIA ZOO FEED GALLIFORMES REPRODUÇÃO, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>		
3	218097	<p>ALIMENTO PARA FILHOTES DE EMA</p> <p>Alimento desidratado, Tipo: Larvas de Tenébrio Comum.</p> <p><b>Especificação:</b> Características Adicionais: Complemento alimentar para animais de pequeno porte, como pássaros, peixes, lagartos, roedores e primatas, produzidas em cativeiro.</p> <p>Níveis de Garantia por Kg: Umidade Máx.40g. Proteína bruta Mín. 470g. Extrato Etéreo Mín. 350g. Matéria fibrosa Máx. 65g. Matéria Mineral Máx. 33g. Cálcio Mín. 500mg. Máx. 900mg. Fósforo Mín. 5000mg,</p> <p>Forma de Fornecimento: pote com 50 gramas.</p>	Unidade	1.000
4	246158	<p>RAÇÃO PARA GALINHAS DE POSTURA</p> <p><b>Especificação:</b> Níveis de Garantia: Umidade (máx) 120g/kg a 130 g/kg (12-13%), Proteína Bruta (mín) 170g/kg (17%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 70g/kg (7%), Matéria Mineral (máx) 150g/kg a 180g/kg (15-18%), Cálcio (mín) 36g/kg (3.6%), Cálcio (máx) 45g/kg (4,5%), Fósforo (mín) 3500-5000mg/kg (0,35-0.5%), Metionina (mín) 3700mg/kg, Lisina (mín) 7700mg/kg, Treonina (mín) 5600mg/kg, Vitamina A (mín) 7500UI/kg, Vitamina D3 (mín) 2400UI/kg, Vitamina E (mín) 22.5UI/kg, Vitamina K3 (mín) 1.88mg/kg, Vitamina B1 (mín) 1.88 mg/kg, Vitamina B2 (mín) 4.88mg/kg, Vitamina B3 (mín) 30mg/kg, Vitamina B5 (mín) 7.5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 3mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.07mg/kg, Vitamina B9 (mín) 0.75mg/kg, Vitamina B12 (mín) 18.75mcg/kg, Colina (mín) 150mg/kg, Cobre (mín) 7mg/kg, Ferro (mín) 35mg/kg, Iodo (mín) 0.8mg/kg, Manganês (mín) 65mg/kg, Selênio (mín) 0.25mg/kg, Zinco (mín) 50-60mg/kg.</p> <p>Inclusão mínima de DL-Metionina e L-Lisina.</p> <p>A ração não deve conter sorgo como ingrediente, inclusive como eventual substitutivo.</p> <p>Produto de referência: POSTURA 17 - ADM ou SUPRA POEDEIRA AGRO, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	12.500
5	335001	<p>RAÇÃO FARELADA COMPLETA DE CRESCIMENTO PARA FRANGOS DE CORTE</p> <p><b>Especificação:</b> Níveis de garantia: Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 195g/kg (19.5%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 50g/kg (5%), Matéria Mineral (máx) 100g/kg (10%), Cálcio (mín) 9000mg/kg (0.9%), Cálcio (máx) 15g/kg (1.5%), Fósforo (mín) 4500mg/kg (0.45%), Metionina (mín) 4400mg/kg, Lisina (mín) 11g/kg, Treonina (mín) 7100mg/kg, Vitamina A (mín) 7500UI/kg, Vitamina D3 (mín) 2400UI/kg, Vitamina E (mín) 22.5UI/kg, Vitamina K3 (mín) 1.88mg/kg, Vitamina B1 (mín) 1.88mg/kg, Vitamina B2 (mín) 4.88 mg/kg, Vitamina B3 (mín) 30mg/kg, Vitamina B5 (mín) 7.5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 3mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.07mg/kg, Vitamina B9 (mín) 0.75mg/kg, Vitamina B12 (mín) 18.75mcg/kg, Colina</p>	Quilograma (Kg)	6.000

		(mín) 200mg/kg, Cobre (mín) 7.2mg/kg, Ferro (mín) 30mg/kg, Iodo (mín) 0.9mg/kg, Manganês (mín) 70mg/kg, Selênio (mín) 0.3mg/kg, Zinco (mín) 60mg/kg.		
6	225565	<p>RAÇÃO FARELADA COMPLETA PRÉ-INICIAL PARA GALINÁCEOS JOVENS</p> <p><b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 240g/kg (24%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 50g/kg (5%), Matéria Mineral (máx) 100g/kg (10%), Cálcio (mín) 10g/kg (1%), Cálcio (máx) 13g/kg (1.3%), Fósforo (mín) 5000mg/kg (0.5%), Metionina (mín) 5700mg/kg, Lisina (mín) 14.4g/kg, Treonina (mín) 9600mg/kg, 6 Fitase (mín) 500FTU/kg, Vitamina A (mín) 12500UI/kg, Vitamina D3 (mín) 4000UI/kg, Vitamina E (mín) 37.5UI/kg, Vitamina K3 (mín) 3.13mg/kg, Vitamina B1 (mín) 3.13mg/kg, Vitamina B2 (mín) 8.13mg/kg, Vitamina B3 (mín) 50mg/kg, Vitamina B5 (mín) 12.5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 5mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.12mg/kg, Vitamina B9 (mín) 1.25mg/kg, Vitamina B12 (mín) 31.25mcg/kg, Colina (mín) 300mg/kg, Cobre (mín) 12mg/kg, Ferro (mín) 62mg/kg, Iodo (mín) 1.25mg/kg, Manganês (mín) 100mg/kg, Selênio (mín) 0.4mg/kg, Zinco (mín) 85mg/kg, Halquinol 30mg/kg, Monensina 100mg/kg.</p> <p>Inclusão de DL-Metionina e L-Lisina</p> <p>Produto de referência: SUPRA IMPULSO, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	100
7	296251	<p>RAÇÃO ESPECÍFICA PARA CARPA OU PEIXES ORNAMENTAIS SUPER PREMIUM</p> <p><b>Especificação:</b> Composição básica do produto: Composição Básica do Produto: Farinha de milho, farinha de lula ou peixes (atum/sardinha/salmão), farelo de soja, <i>Gammarus</i> (7%), proteína isolada de soja ou albumina de ovo, leveduras, fosfato bicálcico, carbonato de cálcio, óleo de soja refinado ou óleo de peixes, premix vitamínico mineral, antioxidantes (Etoxiquin, Propilenoglicol, ácido cítrico, ácido fosfórico, BHA, BHT), corantes (amarelo tartrazina, azul indigotina, amarelo crepúsculo, vermelho ponceau), aditivo aromatizante (aroma de anis).</p> <p>Enriquecimento por kg de produto: Vitamina A (18.700 UI); Vitamina D3 (3.120 UI); Vitamina E (52 UI); Vitamina K3 (5,2 mg); Vitamina B1 (4,2 mg); Vitamina B2 (15,6 mg); Vitamina B6 (4,2 mg); Vitamina B12 (20,8 mcg); Niacina (72,8 mg); Pantotenato de cálcio (31,2 mg); Biotina (0,21 mg); Ácido fólico (1,6 mg); Colina (324,5 mg); Ferro (52 mg); Cobre (5,2 mg); Zinco (52 mg); Manganês (41,6 mg); Selênio (0,16 mg); iodo (1 mg); Metionina (520 mg); Vitamina C (156 mg).</p> <p>Níveis de garantia: Umidade (máx) 100-120 g/kg (10%-12%), Proteína Bruta (mín) 26-36%, Extrato Etéreo (mín) 25-60 g/kg (2,5-4,5%), Matéria Fibrosa (máx) 25-60 g/kg (2,5-6,0%), Matéria Mineral (máx) 60-110 g/kg (6-8%), Cálcio (mín) (0,6-13%), Cálcio (máx) 30 g/kg (3%), Fósforo (mín) 6000-10000 mg; Lisina (mín) 1000 mg/Kg; Metionina (mín) 1000mg/Kg; Treonina (mín) 1000mg/Kg; Beta Glucanas (mín) 100-3.050mg/Kg; DHA (100-3.600mg/Kg)</p> <p>Produtos de Referência: Chronos Fish Koi Pond Stick Color; Chronos Fish Sticks Spiruline; Tropical Pond Sticks Mixed; Tetra Pond Koi Vibrance; Jbl Pro Pond All Seasons; Nutricon Sticks Food Mix; Poytara Carpa 6x1, ou equivalentes ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	260
		RAÇÃO PARA PEIXES CARNÍVOROS GRANULOMETRIA 38-40% 5 a 8mm.		

8	453430	<p><b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 400g/kg (40%), Extrato Etéreo (mín) 80-100g/kg (8-10%), Matéria Fibrosa (máx) 30g/kg (3%), Matéria Mineral (máx) 130g/kg (13%), Cálcio (mín) 10-15g/kg (1-1.5%), Cálcio (máx) 25-30g/kg (2,5-3%), Fósforo (mín) 10g/kg (1%), Energia Digestível (mín) 3400kcal/kg, Vitamina A (mín) 16000UI/kg, Vitamina C (mín) 350mg/kg, Vitamina D3 (mín) 4000UI/kg, Vitamina E (mín) 128UI/kg, Vitamina K3 (mín) 8mg/kg, Vitamina B1 (mín) 16mg/kg, Vitamina B2 (mín) 20mg/kg, Vitamina B3 (mín) 130mg/kg, Vitamina B5 (mín) 80mg/kg, Vitamina B6 (mín) 13.5mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.7mg/kg, Vitamina B9 (mín) 7mg/kg, Vitamina B12 (mín) 105mcg/kg, Colina (mín) 1800mg/kg, Cobre (mín) 6mg/kg, Ferro (mín) 45-50mg/kg, Iodo (mín) 1,3-1,5mg/kg, Manganês (mín) 15-45mg/kg, Selênio (mín) 0,15-0.3mg/kg, Zinco (mín) 90-100mg/kg.</p> <p>Produto de referência: SUPRA CARNÍVOROS 40 granulometria 5-8mm ou ADM LAGUNA CARNÍVOROS 40 granulometria 6mm-8mmou, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	2.200
9	232103	<p>RAÇÃO PARA PEIXES CARNÍVOROS GRANULOMETRIA 38-40% 10-14mm.</p> <p><b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 400g/kg (40%), Extrato Etéreo (mín) 80-100g/kg (8-10%), Matéria Fibrosa (máx) 30g/kg (3%), Matéria Mineral (máx) 130g/kg (13%), Cálcio (mín) 10-15g/kg (1-1.5%), Cálcio (máx) 25-30g/kg (2,5-3%), Fósforo (mín) 10g/kg (1%), Energia Digestível (mín) 3400kcal/kg, Vitamina A (mín) 16000UI/kg, Vitamina C (mín) 350mg/kg, Vitamina D3 (mín) 4000UI/kg, Vitamina E (mín) 128UI/kg, Vitamina K3 (mín) 8mg/kg, Vitamina B1 (mín) 16mg/kg, Vitamina B2 (mín) 20mg/kg, Vitamina B3 (mín) 130mg/kg, Vitamina B5 (mín) 80mg/kg, Vitamina B6 (mín) 13.5mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.7mg/kg, Vitamina B9 (mín) 7mg/kg, Vitamina B12 (mín) 105mcg/kg, Colina (mín) 1800mg/kg, Cobre (mín) 6mg/kg, Ferro (mín) 45-50mg/kg, Iodo (mín) 1,3-1,5mg/kg, Manganês (mín) 15-45mg/kg, Selênio (mín) 0,15-0.3mg/kg, Zinco (mín) 90-100mg/kg</p> <p>Produto de referência: SUPRA CARNÍVOROS 40 granulometria 14mm ou ADM LAGUNA CARNÍVOROS 40 granulometria 10mm ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	6.000
10	232103	<p>RAÇÃO PARA ALEVINOS GRANULOMETRIA 38-40% 2-3mm</p> <p><b>Especificação:</b> Umidade (máx) 120,00 g/kg; proteína bruta (mín) 450,00 g/kg; extrato etéreo (mín) 80,00 g/kg; fibra bruta (máx) 40,00 g/kg; matéria mineral (máx) 150,00 g/kg; cálcio (mín) 20,00 g/kg; cálcio (máx) 30,00 g/kg; fósforo (mín) 8.000,00 mg/kg; ferro (mín) 45,00 mg/kg; cobre (mín) 7,50 mg/kg; manganês (mín) 45,00 mg/kg; zinco (mín) 90,0 mg/kg; iodo (mín) 1,50 mg/kg; cobalto (mín) 0,15 mg/kg; selênio (mín) 0,45 mg/kg; vitamina A (mín) 12.000,00 UI/kg; vitamina D3 (mín) 2.500,00 UI/kg; vitamina E (mín) 150,00 UI/kg; vitamina K3 (mín) 10,00 mg/kg; vitamina B1 (mín) 20,00 mg/kg; vitamina B2 (mín) 25,00 mg/kg; niacina (mín) 100,00 mg/kg; ácido pantotênico (mín) 50,00 mg/kg; vitamina B6 (mín) 15,00 mg/kg; ácido fólico (mín) 6,00 mg/kg; biotina (mín) 0,50 mg/kg; B12 (mín) 50,00 mcg/kg; vitamina C (mín) 600,00 mg/kg; colina (mín) 500,00 mg/kg; metionina (mín) 8.000,00 mg/kg; mananoligossacarídeos (mín) 20,00 mg/kg.</p> <p>Produto de referência: ADM LAGUNA ALEVINOS 45 2 a 3mm, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	100
		RAÇÃO PARA PAPAGAIOS E ARARAS		

11	218097	<p><b>Especificação:</b> Ração extrusada completa de alta energia enriquecida com frutas, óleo e pedaços de coco para Papagaio. Alimento “Super Premium”, de primeira qualidade. Níveis de Garantia: Umidade (Máx.) 110-120 g/kg, Proteína bruta (Mín.) 160-220 g/kg, Extrato etéreo (Mín.) 50-60 g/kg, Matéria fibrosa (Máx.) 35-50 g/kg, Matéria mineral (Máx.) 65-90 g/kg, Cálcio (Máx.) 11-15 g/kg, Cálcio (Mín.) 9.000 mg/kg, Sódio (Mín.) 2.300 mg/kg, Fósforo (Mín.) 5.000-7800 mg/kg, Mananoglucosacarídeos-MOS (Mín.) 286-400 mg/kg, Beta-glucanas (Mín.) 440-550 mg/kg, Aditivos adsorventes de toxinas (Mín.) 1.000 mg/kg, Extrato de cardo-mariano (Mín.) 0,5 mg/kg, DL-metionina (Mín.) 4.000 mg/kg, L-lisina (Mín.) 8.000 g/kg.</p> <p>Enriquecimento por kg de produto (valores mínimos):</p> <p>Vitamina A (6.400,00-12000 UI), vitamina D3 (1040,00-2700 UI), vitamina E (96,00-170 UI), vitamina K3 (2,40 mg), vitamina C (64,00 mg), ácido fólico (1,60 mg), pantotenato de cálcio (28,00 mg), cloreto de colina (1.200,00 mg), vitamina B6 (4,80 mg), vitamina B1 (4,80 mg), vitamina B2 (8,00 mg), vitamina B12 (64,00 mcg), niacina (44,00 mg), biotina (0,24 mg), cobre (5,60 mg), cobre quelatado (2,4 mg), cobalto (0,12 mg), iodo (0,88 mg), manganês (28,00 mg), manganês quelatado (12,00 mg), zinco (48,00 mg), zinco quelatado (24,00 mg), ferro quelatado (25 mg), selênio orgânico (0,30 mg).</p> <p>Produto referência: QUIMTIA ZOO FEED PSITACÍDEOS; MEGAZOO Papagaios Premium P16, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	300
12	241543	<p>ALIMENTO PARA AVES EM GERAL</p> <p><b>Especificação:</b> Milho em grão, de primeira qualidade.</p> <p>Forma De Fornecimento: saco/saca de 40 ou 50 Kg.</p>	Quilograma (Kg)	2.000
13	362956	<p>RAÇÃO COMPLETA EXTRUSADA PRONTA PARA USO, INDICADA NA ALIMENTAÇÃO DE JABUTIS</p> <p><b>Especificação:</b> Composição básica: Milho integral, alfafa, fibra de soja, aveia integral, polpa de beterraba, extrato de levedura (fonte de nucleotídeos), farinha de vísceras de frango, farelo de soja, óleo de soja, óleo de palmiste, semente de linhaça, polpa de vegetais (cenoura, beterraba, salsa, agrião, alface, espinafre), maçã desidratada, fosfato bicálcico, calcário calcítico, levedura seca de cerveja, farinha de alga, vitaminas e minerais.</p> <p>Níveis de garantia: Energia Metabolizável (Mín.) 2800 kcal, Umidade (Máx.) 12,0%, Proteína bruta (Mín.) 15,0%, Extrato etéreo (Mín.) 4,0%, Matéria fibrosa (Máx.) 13,0%, Matéria mineral (Máx.) 9,5%, Cálcio (Máx.) 1,7%, Fósforo (Mín.) 0,6%.</p> <p>Forma De Fornecimento: embalagem de 1,2Kg ou 3,0Kg.</p> <p>Embalagem: Polietileno fosco, e polietileno laminado coextrusado para bloqueio de luminosidade ou similar.</p> <p>Produto referência: QUIMTIA ZOO FEED JABUTI; MEGAZOO JABUTI, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	36
		<p>SUPLEMENTAÇÃO DE AMINOÁCIDOS E VITAMINAS DO COMPLEXO B</p> <p><b>Especificação:</b> Vitamina B1 (mín) 1.500 mg; Vitamina B6 (mín) 1.000 mg; Vitamina B12 (mín) 2.000 mcg; Pantotenato de Cálcio (mín) 1.000 mg; Betaína (mín) 10 g; Colina (mín) 10 g; Leucina (mín) 1.905 mg;</p>		

14	614502	<p>Fenilalanina (mín) 1.253 mg; Tirosina (mín) 703 mg; Treonina (mín) 543 mg; Valina (mín) 1.413 mg; Alanina (mín) 4.898 mg; Glicina (mín) 13612 g; Hidroxiprolina (mín) 4.463 mg; Metionina (mín) 10434 g; Prolina (mín) 7.455 mg; Lisina (mín) 12397 g Cisteína (mín) 216 mg; L-Carnitina (mín) 10 g; Serina (mín) 927 mg; Arginina (mín) 3.427mg; Ácido Aspártico (mín) 3.133 mg; Triptofano (mín) 156 mg; Ácido Glutâmico (mín) 5.658 mg; Histidina (mín) 652 mg; Isoleucina (mín) 818 mg; Glicose (mín) 200 g.</p> <p>Forma De Fornecimento: embalagem de 1,0 litro;</p> <p>Produto referência: Glicopan Energy, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Frasco 1000 milímetros	6
15	412384	<p>PROBIÓTICO E PREBIÓTICO – SUPLEMENTO DE AMINOÁCIDOS, ENERGÉTICO E VITAMÍNICO</p> <p><b>Especificação:</b> Níveis de garantia: <i>Bacillus cereus</i> var. <i>toyoi</i> (4,0x10<sup>11</sup> UFC); <i>Bacillus subtilis</i> (4,0x10<sup>11</sup> UFC); <i>Bifidobacterium bifidum</i> (3,5 x10<sup>11</sup> UFC); <i>Enterococcus faecium</i> (3,5x10<sup>11</sup> UFC); <i>Lactobacillus acidophilus</i> (3,5x10<sup>11</sup> UFC); <i>Mananoligossacarídeo</i> (3,5x10<sup>11</sup> UFC); <i>Mananoligossacarídeo</i> (10 g); Lisina (5.000 mg); Metionina (2.500 mg); Colina (2.000 mg); Vitamina C (10 g); Vitamina E (2.500 UI); Dextrose (50 g).</p> <p>Produto referência: DB Aqua, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	25
16	315758	<p>SAL BRANCO</p> <p><b>Especificação:</b> (Cloreto de sódio) para nutrição animal, branco, moído, sem presença de iodo.</p> <p>Forma de fornecimento: saco de 25 Kg.</p>	Quilograma (Kg)	2.500
17	634969	<p>ALGICIDA ESPECÍFICO PARA ESPELHOS D'ÁGUA E LAGOS ORNAMENTAIS</p> <p><b>Especificação:</b> Algicida Granular para Lagos Ornamentais com ação por contato destinado a eliminação de algas e microalgas. O produto deve atuar através da liberação de oxigênio ativo (oxidação), degradando algas filamentosas e microalgas sem deixar resíduos tóxicos.</p> <p><b>Princípio Ativo:</b> Peróxido de Hidrogênio Sólido / Percarbonato de Sódio (concentração mínima de 50%). O produto deve ser <b>ISENTO DE COBRE</b>, metais pesados e herbicidas em sua formulação. <b>Produto</b> deve ser totalmente degradável, sem deixar resíduos persistentes no meio ambiente, e seguro para peixes ornamentais e plantas aquáticas. Produto com dose de manutenção mínima de 33g para 3300L. O produto deve ter fabricação e indicação específica do fabricante para uso em lagos ornamentais. Produto difere de algicidas para piscinas.</p> <p>Forma De Fornecimento: Embalagem de 5 kg</p> <p>Produto referência: LABCON GARDEN ANTIALGAS para lagos ornamentais, ou equivalente ou de qualidade superior.</p>	Quilograma (Kg)	40
		<p>CLARIFICANTE E FLOCULANTE PARA LAGOS ORNAMENTAIS</p> <p><b>Especificação:</b> Clarificante E Floculante Para Lagos Ornamentais com função de aglutinação de partículas em suspensão (poeira, detritos, algas mortas e sedimentos orgânicos) para facilitar a filtração mecânica ou decantação. Princípio ativo: sulfato de Alumínio em solução aquosa filtrada.</p>		



18	437089	<p><b>Veículo:</b> Água filtrada/destilada (isenta de contaminantes) Rendimento mínimo do produto em 30 ml de produto para cada 1.500 litros de água. O produto deve ter fabricação e indicação específica do fabricante para uso em lagos ornamentais. O produto deve ser <b>isento</b> de sulfato de cobre ou outros metais pesados em concentrações tóxicas na formulação, <b>diferenciando-se de clarificantes industriais ou para piscinas</b>. O produto deve apresentar eficácia com dosagem média de referência de <b>15 ml a 20 ml para cada 1.000 litros</b> de água; Cada <b>1 Litro</b> de produto deve ser capaz de tratar, no mínimo, <b>50.000 a 60.000 litros</b> de água</p> <p>Forma De Fornecimento: Galão de 5 litros;</p> <p>Produto referência: Labcon Garden Cristal, ou equivalente ou de qualidade superior.</p> <p>A validade do produto deve ser de, pelo menos, 12 meses.</p>	Litro	40
19	446075	<p>DESINFETANTE VETERINÁRIO CONCENTRADO A BASE DE AMÔNIO QUATERNÁRIO</p> <p><b>Especificação: Princípio Ativo:</b> Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônio (Cloreto de Benzalcônio);</p> <p><b>Concentração Mínima: 30,00%</b> (30g a cada 100ml); Deve conter agente tensoativo (ex: Polioxietilenonilfenileter ou equivalente) em sua formulação para ação desengordurante e quebra de biofilme. Ação bactericida, fungicida, viricida e protozoaricida de uso veterinário, altamente concentrado, indicado para desinfecção de ambientes animais e superfícies. ;</p> <p>Forma De Fornecimento: vasilhame de 1 litro;</p> <p>Produto referência: CB-30 Ouro Fino, ou equivalente ou de qualidade superior.</p> <p>A validade do produto deve ser de, pelo menos, 12 meses.</p>	Frasco 1000 milímetros	10
20	615309	<p>CASCA DE ARROZ (Natural)</p> <p><b>Especificação:</b> para utilização como material de cama para animais (exemplo: cama para aves/suínos/equinos e demais animais), proveniente do beneficiamento de arroz, seca, limpa e isenta de contaminantes.</p> <p><b>Composição:</b> 100% Casca de Arroz (<i>Oryza sativa</i>), material inerte; Produto novo (de primeiro uso), não sendo aceita cama reutilizada ou compostada; Teor máximo de umidade de <b>12%</b> (Ideal: 8% a 10%);</p> <p><b>Granulometria:</b> Cascas inteiras ou levemente quebradas, preservando a capacidade de aeração;</p> <p><b>Pureza:</b> O material deve estar livre de: sujidades macroscópicas (terra, pedras, metais); sementes de plantas daninhas; insetos vivos (carunchos, traças) ou mortos; odores de mofo, fermentação ou produtos químicos (solventes/combustíveis).</p> <p><b>Contaminantes Químicos:</b> Isenta de resíduos de pesticidas ou tratamentos químicos pós-colheita que possam ser tóxicos aos animais por contato ou ingestão.</p> <p>Forma De Fornecimento: Sacos de polipropileno ("ráfia") novos e prensados com 25 kg ;</p>	Saco de 25Kg	50

7.4. As rações animais e suplementos, bem como seus quantitativos, foram objeto de avaliação técnica pela área profissional responsável, os tratadores e a equipe técnica veterinária, considerando as boas práticas de criação, bem como, melhorar a sustentabilidade dos seus sistemas produtivos e a qualidade dos animais tanto no Palácio da Alvorada e na Granja do Torto além de mitigar riscos e impactos ambientais, como a mortalidade de animais já registrada em anos anteriores.

7.5. Para tanto, foi apresentada a Nota Técnica 2 Anexo do DFD 21 (7444985) como foram estimados os quantitativos informados, uma vez que cada item foi estimado individualmente levando em conta estimativa de índices nutricionais de consumo ou histórico de consumo no último ano, assim como modificações decorrentes de alteração no quantitativo de populações e crescimento dos animais:

- **Item 1. Ração Para Ratitas (Avestruzes E Emas) Adultas – Peletizada**

Considerando a Necessidade Energética de Manutenção (NEM) para aves não passeriformes, Peso Vivo Médio Estimado (PV) de cada animal e a Energia presente na ração (ER) , conforme a seguinte fórmula:

$$NEM = 160 \times (PV^{0,75})$$

$$ER = 3500 \text{ Kcal/kg}$$

Considerando o Peso Médio Estimado de 32 kg/animal, prossegue-se com o seguinte cálculo:

$$NEM = 160 \times (26^{0,75}) = 1842,25 \text{ Kcal/Kg}$$

Portanto, a quantidade a ser fornecida do insumo por animal/dia é estimada pelo seguinte cálculo:

$$3500 \text{ Kcal} \dots\dots\dots 1000\text{g}$$

$$1842,25 \text{ Kcal} \dots\dots\dots \text{g/animal}$$

$$\text{Quantidade de insumo/animal/dia} = 614,85\text{g}$$

Estabelecendo o ano de 365 dias e a quantidade de 91 emas que compõem os três palácios (Alvorada, Granja do Torto e Jaburu), somando um adicional de 15% de segurança por eventuais perdas por motivos diversos, considera-se o cálculo total de ração abaixo:

$$526,35\text{g} \times 365 \text{ dias} \times 91 \text{ emas} = 17.482,71 \text{ kg}$$

$$17.482,71 \text{ Kg} + 9\% = 19.056,15$$

Portanto, a necessidade estimada de ração para as emas em 12 meses é de 19.056,15 Kg para os três palácios. Dessa forma, para estabelecer a viabilidade de compra conforme unidade de fornecimento dos fabricantes, estabeleceu-se **19.000,00 Kg**.

- **Item 2. Alimento completo para galiformes silvestres em reprodução**

Este insumo é utilizado para alimentação de neonatos. Como não é possível prever a quantidade de animais que nascem e que posteriormente sobreviverão, a quantidade prevista foi estimada considerando o histórico de consumo dos períodos 2024/2025 e 2025/2026.

- 2024/2025: 500Kg

- 2025/2026: 550Kg

Considerando que os dois períodos demonstraram quantitativos parecidos de consumo e no último período foi totalmente consumido, estabeleceu-se o mesmo quantitativo do período anterior.

- **Item 3. Alimento desidratado, tipo: larvas de tenébrio comum**

Este insumo é utilizado para alimentação de neonatos em geral, incluindo filhotes de ema, galinhas d'angola entre outras aves. Para o item 3, em 2024 utilizamos 100,00 kg deste insumo. No entanto, no período 2025/2026 redimensionamos as quantidades de outros insumos relacionados aos animais alvo para fornecimento de tenébrio em 50%, ou seja, para 50,00 Kg. Portanto, para o período 2026/2027 iremos manter a mesma quantidade.

- **Item 4. Ração para galinhas de postura**

Considerando o consumo médio do insumo/dia para galinhas adultas conforme Arruda et al (2023) e a quantidade de animais que consomem esta ração é de 298 aves nos três palácios, estima-se necessidade anual (365 dias) de:

300 aves x 110g x 365 dias = 11964,70 kg/ano

Portanto, a necessidade estimada do insumo para 12 meses é de R\$11964,70 Kg. Considerando 5% adicional para eventuais perdas ou ajustes, a quantidade estabelecida foi de 12.500,00 Kg.

- **Item 5. Ração farelada completa de crescimento para frangos de corte**

Apesar de ser uma ração de crescimento para frangos, ela é fornecida às aves aquáticas. A Ata de Registro de Preço de 2024/2025 foi estabelecida em dezembro de 2023. Neste período, a quantidade de aves aquáticas mais do que dobrou. Dessa forma, foi necessário também dobrar a quantidade do insumo para essa categoria. Portanto, como houve manutenção da quantidade desses animais, o quantitativo para o período 2026/2027 será mantido em 6.000,00 Kg.

- **Item 6. Ração Farelada completa pré-inicial para galináceos jovens**

Este insumo é utilizado para alimentação de neonatos de aves domésticas como pintinhos de galinhas, galinhas d'angola e patos. Como não é possível prever a quantidade de animais que nascem e que posteriormente sobreviverão, a quantidade prevista foi estimada considerando o que foi consumido nos períodos 2024/2025 e 2025/2026. Portanto, 100kg.

- **Item 7. Ração específica para carpa ou peixes ornamentais super premium**

Na Ata de Registro de Preços referente a tais insumos para o ano 2024/2025 foram previstos o consumo de 300,00 Kg do insumo. No entanto, para o período 2025/2026 foi realizado ajuste de consumo para 260,00 Kg. Dessa forma, para o período 2026/2027 estabeleceremos o mesmo quantitativo.

- **Item 8. Ração para peixes carnívoros granulometria 5 a 8mm**

Em relação aos itens 8 e 9, com o crescimento dos peixes, houve uma inversão do quantitativo desses insumos em relação à granulometria. Para as Atas 2023/2024, 2024/2025, esses insumos apresentavam maior quantidade de para granulometria de 5-8mm. Para o período 2025/2026, foi realizado um ajuste reduzindo a quantidade do item 8. No entanto, para 2026/2027 estabelecemos mais uma redução ajustando ao consumo real dos animais, uma vez que os peixes cresceram e passam a consumir ração com granulometria maior.

- **Item 9. Ração para peixes carnívoros granulometria 10 a 14mm**

Em relação aos itens 8 e 9, com o crescimento dos peixes, houve uma inversão do quantitativo desses insumos em relação à granulometria. Para as Atas 2023/2024, 2024/2025, esses insumos apresentavam maior quantidade de para granulometria de 5-8mm. Para o período 2025/2026, foi realizado um ajuste reduzindo a quantidade de ração 5-8mm e ampliando a quantidade de ração 10-14mm. Dessa forma, para o período 2026/2027 será mantido o quantitativo do período anterior.

- **Item 10. Ração para alevinos granulometria 2 a 3mm**

Em 2024/2025, houve uma reprodução de carpas em que foi necessário alimentá-las com insumos específicos para tal. Portanto, estabelece-se este quantitativo de 100,00 Kg de ração para eventuais novas reproduções. Dessa forma, para o período 2026/2027 será mantido o quantitativo em relação ao período anterior.

- **Item 11. Ração para papagaios e araras**

A Presidência da República possui tutela de araras e papagaios, mas estão na Fundação Jardim Zoológico de Brasília até adequação dos recintos. Dessa forma, mantemos uma reserva técnica de R\$ 300,00 Kg de ração para alimentação de nossos animais, mesmo não estando em nosso espaço físico.

- **Item 12. Milho em grão, de primeira qualidade**

O uso de milho em grão é de grande utilidade para manejos diversos das aves utilizando como complemento alimentar aos demais insumos, bem como de importante uso para para manejo dos animais. Em 2024/2025 e 2025/2026 foram consumidos 2000,00 Kg deste insumo. Portanto, para 2026/2027 será mantido o mesmo quantitativo.

- **Item 13. Ração completa extrusada pronta para uso, indicada na alimentação de jabutis**

O consumo deste insumo na dieta desses animais, que também possui vegetais em sua maior parte, para o ano de 2024/2025 e 2025/2026 foi de 36,00 Kg considerando reserva técnica. Portanto, para 2026/2027 será mantido o mesmo quantitativo.

- **Item 14. Suplementação de aminoácidos e vitaminas do complexo B**

Estes insumos são importantes para suporte a animais doentes ou convalescentes. Considerando todo o plantel de animais da Presidência da República, este é o quantitativo necessário para suporte preventivo e emergencial destes animais durante 12 meses.

- **Item 15. Probiótico e prebiótico –suplemento de aminoácidos, energético e vitamínico**

Durante o período seco (que possui temperaturas mais baixas), utiliza-se diariamente misturados à ração este insumo na quantidade de 125g/dia. Considerando 180 dias de período seco, o total planejado para uso é de 22,5 Kg. Portanto, adicionando reserva técnica e mais características das unidades de fornecimento dos produtos, estabeleceu-se 25,00Kg anuais.

- **Item 16. Sal branco**

Considerando uma ampliação da quantidade de uso no manejo profilático e controle de algas para 4,8 Kg por metro quadrado de lâmina d'água e 520m<sup>2</sup> de lâmina d'água de espelhos d'água. Estabelecemos uma quantidade de 2500 kg.

- **Item 17. Algicida específico para espelhos d'água e lagos ornamentais**

A Presidência da República possui 2 espelhos d'água com presença de peixes, o que necessita de sistemas de manutenção e controle de algas. Dessa forma, para este controle em um período de 12 meses pode ser necessário que se utilize até 40Kg de algicida.

- **Item 18. Clarificante específico para espelhos d'água e lagos ornamentais**

A Presidência da República possui 2 espelhos d'água com presença de peixes, o que necessita de sistemas de manutenção e controle de algas. O clarificante deve ser utilizado em conjunto com o algicida. Dessa forma, para este controle em um período de 12 meses pode ser necessário que se utilize até 40L de algicida.

- **Item 19. Desinfetante veterinário**

Considerando as diversas instalações animais nas três residências, é necessário realizar sanitização dos ambientes para manter a sanidade dos animais. Dessa forma, considerando o período de 12 meses, a necessidade é de 10 litros do produto.

- **Item 20. Casca de arroz (natural)**

A Presidência da República possui diversas instalações animais que necessitam de uso de cama, quando não é possível utilizar produção própria. O consumo estimado para 12 meses é de até 50 sacos novos e prensados com 24 kg, cada, considerando variação no peso do saco para 10% a mais ou a menos do que o valor referenciado.

7.6. Havendo prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, a estimativa da demanda realizada considerou possível renovação dos quantitativos, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 566.228,98

8.1. Considerando o quantitativo indicado no documento Documento de Formalização da Demanda nº 21/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI nº 7241472), enviado pela área demandante, e o Anexo DFD 102-2025 - Aquisição de itens para manutenção e conservação do patrimônio natural (SEI nº 7445105), que contempla no PCA 2026, segue abaixo tabela indicando para cada item o valor de referência calculado como preço de referência no processo licitatório, conforme estabelecido na Planilha de Preços (SEI nº 7446559).

Item	Especificação	Catmat	Unidade de Medida	Quant.	Requis. Mínima	Requis. Máxima	Valor de Referência em Reais (R\$)	Valor Total relativo ao Item em Reais (R\$)
1	RAÇÃO PARA RATITAS (Avestruzes e emas) ADULTAS – PELETIZADA.	218097	Quilograma	1.900	1	19.000	R\$ 11,56	R\$ 219.640,00
2	ALIMENTO COMPLETO PARA GALIFORMES SILVESTRES EM REPRODUÇÃO	218097	Quilograma	550	1	550	R\$ 34,80	R\$ 19.140,00
3	ALIMENTO PARA FILHOTES DE EMA	218097	Unidade	1.000	1	1.000	R\$32,05	R\$ 32.050,00
4	RAÇÃO PARA GALINHAS DE POSTURA	246158	Quilograma	12.500	1	12.500	R\$ 7,36	R\$ 92.000,00
5	RAÇÃO FARELADA COMPLETA DE CRESCIMENTO PARA FRANGOS DE CORTE	335001	Quilograma	6.000	1	6.000	R\$ 11,74	R\$ 70.440,00
6	RAÇÃO FARELADA COMPLETA PRÉ-INICIAL PARA GALINÁCEOS JOVENS	225565	Quilograma	100	1	100	R\$ 9,22	R\$ 922,00
7	RAÇÃO ESPECÍFICA PARA CARPA OU PEIXES ORNAMENTAIS SUPER PREMIUM	296251	Quilograma	260	1	260	R\$ 73,66	R\$ 19.151,60
8	RAÇÃO PARA PEIXES CARNÍVOROS GRANULOMETRIA 38-40% 5 a 8mm.	453430	Quilograma	2.200	1	2.200	R\$ 10,03	R\$ 22.066,00
9	RAÇÃO PARA PEIXES CARNÍVOROS GRANULOMETRIA 38-40% 10-14mm.	232103	Quilograma	6.000	1	6.000	R\$ 7,80	R\$ 46.800,00
10	RAÇÃO PARA ALEVINOS GRANULOMETRIA 38-40% 2-3mm	232103	Quilograma	100	1	100	R\$ 13,93	R\$ 1.393,00

11	RAÇÃO PARA PAPAGAIOS E ARARAS	218097	Quilograma	300	1	300	R\$ 44,91	R\$ 13.473,00
12	ALIMENTO PARA AVES EM GERAL - Milho em grão	241543	Quilograma	2.000	1	2.000	R\$ 2,40	R\$ 4.800,00
13	RAÇÃO COMPLETA EXTRUSADA PRONTA PARA USO, INDICADA NA ALIMENTAÇÃO DE JABUTIS	362956	Quilograma	36	1	36	R\$ 206,95	R\$ 7.450,20
14	SUPLEMENTAÇÃO DE AMINOÁCIDOS E VITAMINAS DO COMPLEXO B	614502	Frasco 1000 milimitros	6	1	6	R\$ 159,08	R\$ 954,48
15	PROBIÓTICO E PREBIÓTICO – SUPLEMENTO DE AMINOÁCIDOS, ENERGÉTICO E VITAMÍNICO	412384	Quilograma	25	1	25	R\$ 213,10	R\$ 5.327,50
16	SAL BRANCO	315758	Quilograma	2.500	1	2.500	R\$ 0,98	R\$ 2.450,00
17	ALGICIDA ESPECÍFICO PARA ESPELHOS D'ÁGUA E LAGOS ORNAMENTAIS	634969	Quilograma	40	1	40	R\$ 105,31	R\$ 4.212,40
18	CLARIFICANTE E FLOCULANTE PARA LAGOS ORNAMENTAIS	437089	Litros	40	1	40	R\$ 24,76	R\$ 990,40
19	DESINFETANTE VETERINÁRIO CONCENTRADO A BASE DE AMÔNIO QUATERNÁRIO	446075	Frasco 1000 milimitros	10	1	10	R\$ 113,09	R\$ 1.130,90
20	CASCA DE ARROZ (Natural)	615309	Sacos	50	1	50	R\$ 36,75	R\$ 1.837,50
<b>Total de Contratação</b>								<b>R\$ 566.228,98</b>

8.2. Considerando as informações e quantitativos indicados na tabela acima, tem-se que o Valor Total estimado da contratação é de R\$ 564.548,98 (Quinhentos e Sessenta e Quatro Mil e Quinhentos e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Oito Centavos).

8.3. Registra-se que a divergência do valor total estimado indicado nos relatórios detalhado e resumido obtidos do módulo ComprasGov (R\$ 564.548,98), com 4 (quatro) casas decimais para o total indicando acima, se deve ao fato de ser utilizado apenas 2 (duas) casas decimais com o devido arredondamento das casas decimais conforme estabelecido na Planilha de Preços (SEI nº 7446559).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, enquadrando-se no art. 40, inciso V, alíneas "a" e "b" §3º, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

*Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*

(...)

V- atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

(...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo (grifos nosso).

9.2. A presente contratação na modalidade Registro de Preços, será por item. Não será por grupo.

9.3. Havendo prorrogação da validade da Ate de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, a estimativa da demanda realizada considerou possível renovação dos exatos quantitativos, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes da almejada contratação. As empresas que porventura sejam contratadas deverão apenas fornecer os materiais voltados para insumos e produtos veterinários que ora se propõe adquirir descritos no presente estudo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Está aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, conforme consta das informações básicas deste Estudo Técnico Preliminar.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os benefícios a serem alcançados pelo Órgão com a aquisição são:

- Possibilitar a continuidade dos trabalhos veterinários nas residências oficiais (Palácio do Alvorada e Granja do Torto);
- Atualização e adoção das boas práticas de cultivo e criação, bem como, melhorar a sustentabilidade dos seus sistemas produtivos e a qualidade além de mitigar riscos e impactos ambientais;
- Garantir melhores condições para a execução das atividades inerentes as unidades administrativas pelos profissionais responsáveis nas residências oficiais que atuam no tratamento e manutenção dos animais e aves existentes nas residências oficiais (Palácio do Alvorada e Granja do Torto).

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem adotadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. De modo a ser garantir mínimos impactos ambientais devem ser observados os requisitos elencados nos requisitos de sustentabilidade.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todos os aspectos já mencionados, avalia-se que a aquisição atenderá a Administração de forma satisfatória, portanto sendo viável. Em cumprimento ao disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o presente estudo segue assinado pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THIAGO MIGUEL RODRIGUES DA SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 13:26:56.*

**PEDRO IVO BRAGA PASSOS**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 16:51:49.*